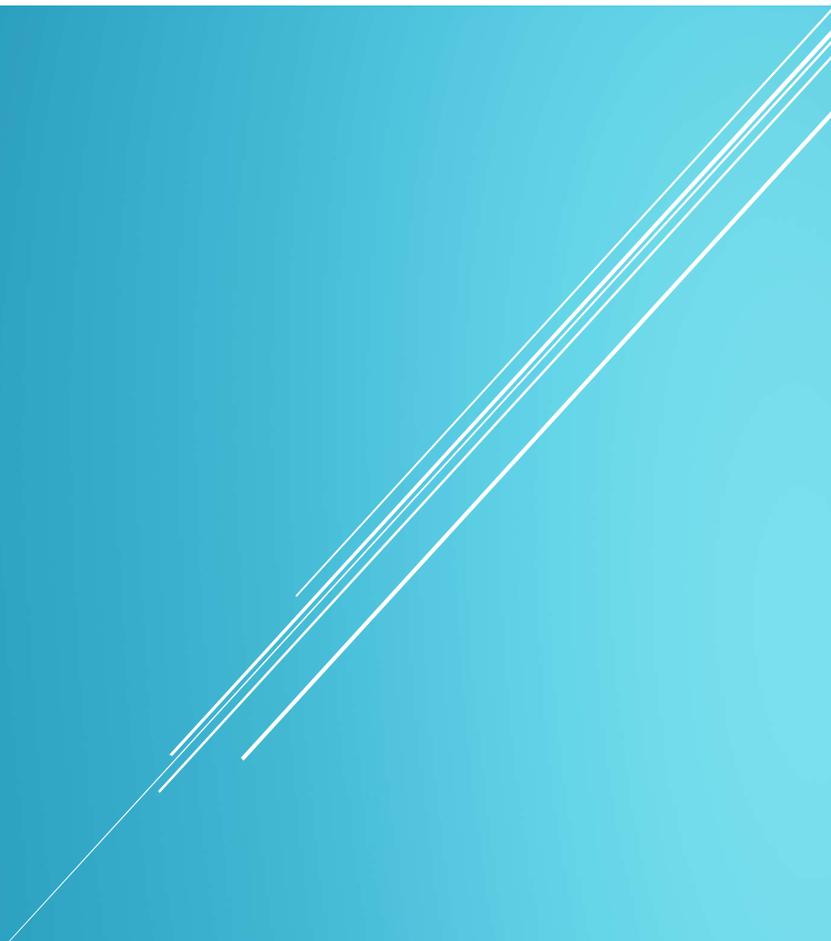
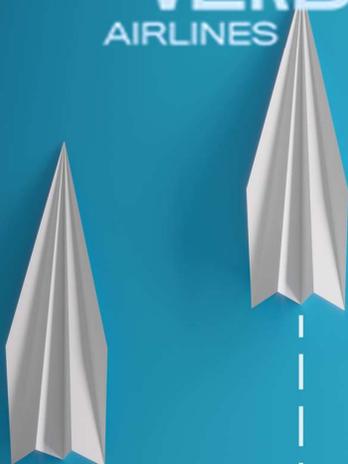
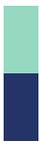


**CABO
VERDE**
AIRLINES



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020



Mensagem da Presidente



O ano de 2020 revelou-se como um ano de grandes desafios para a aviação civil, em Cabo Verde e no mundo. Para a Cabo Verde Airlines traduziu-se em ausência total da atividade a partir de março de 2020, testando todos os limites da nossa capacidade de resiliência.

Num contexto económico bastante complexo, fortemente marcado pelos efeitos da pandemia da Covid-19, inverteram-se drasticamente as expetativas de crescimento da Empresa.

Os rendimentos do ano atingiram a cifra de 1.903.000 mCVE, consequência da suspensão total das operações a partir de março de 2020.

A redução dos gastos com o pessoal, com a adesão ao programa de *Lay off* simplificado, foi uma atenuante para a conta de Gastos.

Os gastos operacionais totalizaram cerca de 7.100.000 mCVE, os quais incorporam gastos fixos inevitavelmente mantidos durante o período de hibernação, com destaque para os associados à locação operacional das aeronaves da frota e à preservação da integridade do quadro de pessoal.

As projeções orçamentais para 2020 apontavam para uma melhoria considerável do desempenho económico, traduzida na redução do défice operacional. Mesmo no cenário de quebra inicial e de perda total de rendimentos nos últimos nove (9) meses do exercício, o EBITDA registado, negativo, no valor de 4.754.061 mCVE, reflete uma melhoria de 30%.

É com sentimento de orgulho que 21 meses após a paralisação retomámos os voos, fruto do trabalho extraordinário de uma equipa incansável, que procura a cada dia fazer mais e melhor para a nossa companhia de bandeira.

Com o ano de 2022 quase no fim, um ano extraordinário pelos desafios que nos colocou e pelas conquistas que lográmos alcançar, olhamos para o futuro com otimismo e confiança renovada na recuperação da CVA, no seu crescimento e na reconquista do papel relevante que teve outrora na aviação comercial e na economia de Cabo Verde.

Aproveitamos esta ocasião para agradecer o empenho de todos os colaboradores que se dedicam todos os dias à Empresa, contribuindo para o seu sucesso, o apoio e encorajamento dos Órgãos Sociais, o suporte do acionista e a colaboração dos nossos parceiros.

Sara Helena Pires
Presidente do Conselho de Administração



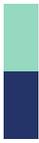
Conteúdo

Mensagem da Presidente	1
1. Governo da Sociedade	7
1.1. Órgãos Sociais	7
1.2. Estrutura Acionista	8
2. Destaques 2020	9
2.1. Suspensão Completa da Operação.....	9
2.2. <i>Lay-off</i> Temporário e Redução do Efetivo.....	9
2.3. Moratória sobre os Contratos de Financiamento	9
2.4. Suspensão dos Sistemas Financeiros (ICH e BSP) da IATA.....	9
2.5. Condicionamento da Frota.....	10
2.6. Liquidação Antecipada de Financiamento	10
2.7. Termo do Contrato de Serviços PSS com a SITA.....	10
2.8. Negociações entre os Acionistas e o Governo	10
3. Frota e Rede	11
4. Experiência do Cliente.....	12
5. Segurança Operacional.....	13
6. Desempenho Operacional e Financeiro	13
6.1. Destaques Operacionais.....	13
6.2. Indicadores de Performance	15
6.3. Rendimentos Líquidos	16
6.4. Gastos Operacionais.....	16
6.5. Resultados do Exercício.....	17
6.6. Liquidez e Endividamento	17
7. Posição Financeira.....	18
8. Cultura e Pessoas	18
9. Eventos Subsequentes	19
9.1. Acordo dos Acionistas Assinado e Plano de Recuperação Aprovado.....	19
9.2. Suspensão da Retoma/ Arresto do Avião D4-CCG	21
9.3. A AAC Suspendeu Temporariamente o AOC.....	22
9.4. Revertida a Venda de 51% do Capital/ Recuperado o Controlo pelo Estado.....	22
9.5. Novos Órgãos Sociais Designados em agosto de 2021	24
9.6. Plano de Retoma e Estabilização.....	25



9.7.	Reinício das Operações Comerciais Regulares	25
9.8.	Renovação do AOC	25
9.9.	Fim da Disputa entre a LCV e o Estado de Cabo Verde	26
9.10.	Financiamento à Empresa	26
9.11.	Segunda Aeronave	26
10.	Perspetivas	27
11.	Proposta de Aplicação de Resultados	27
12.	Necessidade de Reposição dos Capitais Próprios	28
	Agradecimentos	28
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	29
1.	Balanço.....	30
2.	Demonstração de Resultados Por Natureza	31
3.	Demonstração de Alterações no Capital Próprio.....	32
4.	Demonstração de Fluxos de Caixa	33
	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	34
	Introdução	35
0.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	35
1.	Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas.....	36
1.1.	Ativos fixos tangíveis e depreciações	36
1.2.	Ativo fixo tangível em regime de locação	37
1.3.	Ativos fixos intangíveis e amortizações.....	37
1.4.	Imparidade de ativos.....	37
1.5.	Inventários e ajustamentos.....	37
1.6.	Contas a receber de Clientes e Outros devedores e imparidade.....	38
1.7.	Empréstimos obtidos	38
1.8.	Caixa e equivalentes de caixa.....	38
1.9.	Benefícios aos empregados e benefícios pós-emprego	38
1.10.	Pensões de reforma antecipada	39
1.11.	Conversão cambial – transações e saldos.....	39
1.12.	Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos	39
1.13.	Provisões.....	40
1.14.	Reconhecimento do rédito de exploração aérea e respetivas comissões.....	40
1.15.	Classificação como corrente e não corrente.....	40
1.17.	Especialização de exercícios	42

1.18.	Estimativas e julgamentos	42
2.	Fluxos de caixa	42
3.	Ativos fixos tangíveis.....	43
4.	Ativos intangíveis	44
5.	Outras contas a receber.....	45
6.	Outros ativos financeiros	47
7.	Inventários	47
8.	Clientes	48
9.	Estado e outros entes públicos	48
10.	Caixa e depósitos bancários	49
11.	Capital próprio.....	49
12.	Provisões.....	52
13.	Financiamentos obtidos	54
14.	Fornecedores	58
15.	Outras contas a pagar.....	59
16.	Diferimentos passivos.....	60
17.	Vendas e Prestação de serviços.....	60
18.	Fornecimentos e serviços externos	61
19.	Gastos com o pessoal	63
20.	Outros rendimentos e ganhos	64
21.	Outros gastos e perdas	65
22.	Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	65
23.	Juros e ganhos similares obtidos	65
24.	Juros e perdas similares suportados.....	65
25.	Imposto sobre o rendimento / Imposto diferido	66
26.	Resultado por ação básico.....	66
27.	Garantias	67
28.	Partes relacionadas	67
29.	Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço.....	68
30.	Outras informações sobre o regime do acréscimo.....	68
31.	Divulgações exigidas por diplomas legais	69
32.	Eventos subsequentes à data do balanço	69
I.	Acordo dos Acionistas Assinado e Plano de Recuperação Aprovado.....	69
II.	Suspensão da Retoma/ Arresto do Avião D4-CCG	71



III.	AAC Suspendeu Temporariamente o AOC.....	71
IV.	Reversão da Venda de 51% do Capital/ Recuperado o Controlo pelo Estado.....	72
V.	Novos Órgãos Sociais Designados em agosto de 2021.....	73
VI.	Plano de Retoma e Estabilização.....	74
VII.	Reinício das Operações Comerciais Regulares.....	74
VIII.	Renovação do AOC.....	74
IX.	Fim da Disputa entre a LCV e o Estado de Cabo Verde.....	75
X.	Financiamento à Empresa.....	75
XI.	Segunda Aeronave.....	75

Índice de Ilustrações

Figura 1.2-1:	Estrutura Acionista da TACV, SA em 2020.....	8
Figura 3-1:	Configuração da Rede Aérea em janeiro de 2020.....	11
Figura 6.1-1:	Aviões em Serviço.....	14
Figura 6.1-2:	Voos Realizados.....	14
Figura 6.1-3:	Horas Block.....	14
Figura 6.1-4:	Passageiros (000) e Load Factor (%).....	14
Figura 6.1-5:	Aviões em Serviço.....	14
Figura 6.1-6:	Voos Realizados (000).....	14
Figura 6.1-7:	Horas Block (000).....	15
Figura 6.1-8:	Passageiros Transportados (000).....	15
Figura 6.1-9:	ASK, RPK, Load Factor (Toda a Rede).....	15
Figura 6.1-10:	ASK, RPK, Load Factor (Intercontinental).....	15
Figura 6.3-1:	Rendimentos de Passageiros (Globais e Unitários).....	16
Figura 8-1:	Staff por Área Funcional.....	19
Figura 8-2:	Distribuição do Staff por Género.....	19
Figura 9.4-1:	Estrutura Acionista Atual (depois da reversão da venda de 51% do Capital Social).....	23
Figura 10-1:	Profile da CVA em 2027.....	27
Quadro 3-1:	Aviões em Serviço no I Trimestre de 2020.....	12
Quadro 6.2-1:	Resumo dos Indicadores de Performance.....	15
Quadro 6.4-1:	Resumo dos Gastos Operacionais (mCVE).....	16
Quadro 6.5-1:	Síntese da Demonstração de Resultados (mCVE).....	17
Quadro 6.6-1:	Fluxos de Caixa (mCVE).....	17
Quadro 6.6-2:	Financiamentos Obtidos em 2020.....	18
Quadro 7-1:	Balanço em 31-12-2020 (Milhões de CVE).....	18





1. Governo da Sociedade

1.1. Órgãos Sociais

Em funções de janeiro de 2020 a julho de 2021

Mesa da Assembleia Geral

Júlio César dos Reis Martins Junior	Presidente
Eva Caldeira Marques	Vice-Presidente
José Augusto Veiga Monteiro	Secretário

Conselho de Administração

Björgólfur Johannsson	Presidente
Jens Bjarnason	Administrador Executivo
Erlendur Svavarsson	Administrador Executivo
Eugénio Augusto Pinto Inocêncio	Administrador não-Executivo

Comissão Executiva

Erlendur Svavarsson	Presidente
Björgólfur Johannsson	Administrador Executivo
Jens Bjarnason	Administrador Executivo

Conselho Fiscal

Por nomear.

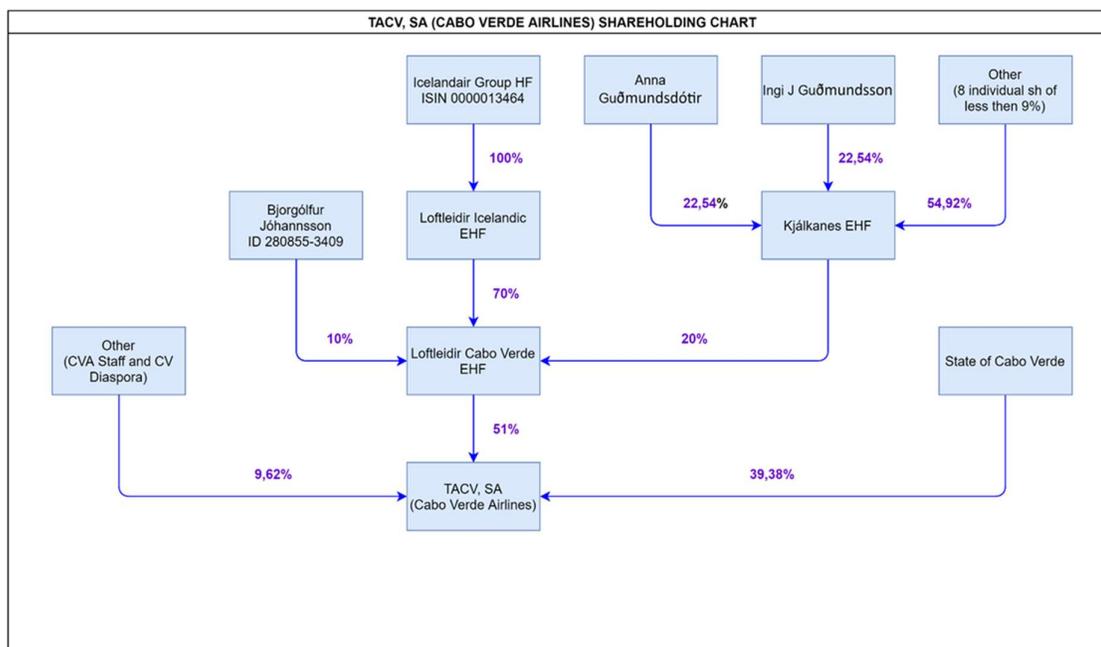
Consequência da reversão da venda e transmissão para o Estado de Cabo Verde de 51% do Capital Social, em julho de 2021 (Decreto-Lei Nº50/2021, de 6 de julho), os órgãos sociais então em exercício foram imediatamente dissolvidos, tendo novos órgãos sociais sido designados em agosto de 2021, conforme descrito no ponto 9.5. abaixo.

R & C 2020

1.2. Estrutura Acionista

Durante o exercício de 2020, a Loftleiðir Cabo Verde, com 51% das ações, manteve o controlo acionista e da gestão da sociedade (Figura 1.2-1). O capital social, representado por um milhão de ações, no valor unitário nominal de CVE 1.000, manteve-se inalterado.

Figura 1.2-1: Estrutura Acionista da TACV, SA em 2020



A configuração atual da Estrutura Acionista é apresentada no ponto 9.4., (Figura 9.4-1) abaixo, depois da reversão da venda e transmissão para o Estado de Cabo Verde de 51% do Capital Social.



2. Destaques 2020

2.1. Suspensão Completa da Operação

O ano de 2020 teve início sob o espectro da COVID-19. A chegada da pandemia começou a atingir a atividade da Empresa em fevereiro de 2020, quando o Governo de Cabo Verde decretou o fecho das fronteiras para ligações aéreas com a Itália. Nessa altura, oito voos por semana, para Milão e Roma, foram suspensos e a frequência dos voos para o Brasil foi substancialmente reduzida.

Em 19 de março, no seguimento do encerramento das fronteiras para todas as ligações aéreas de Cabo Verde com o exterior, a Empresa suspendeu todas as suas operações, entrando num estado de completa hibernação. Sem qualquer rendimento da atividade produtiva e sem reservas de caixa, a sobrevivência da Empresa passou a estar dependente do suporte financeiro que os seus acionistas pudessem aportar, ou do suporte do Estado de Cabo Verde às empresas para mitigar os efeitos da pandemia.

2.2. *Lay-off* Temporário e Redução do Efetivo

Como medida de mitigação dos efeitos da suspensão da atividade, a Empresa aderiu em abril ao programa de *lay-off* temporário de colaboradores, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei nº83/2020, de 4 de abril e suas sucessivas revisões, colocando nesse regime mais de 75% dos seus colaboradores.

A paragem prolongada da operação ocasionou, por outro lado, a redução do efetivo, por via da não renovação de contratos a prazo com 64 colaboradores, dos quais 55 integravam o quadro de pessoal de cabine.

2.3. Moratória sobre os Contratos de Financiamento

A Empresa aderiu, com efeitos a partir de 01 de abril de 2020, à moratória ao cumprimento das obrigações decorrentes de contratos de financiamento, ao abrigo do Decreto-Lei Nº38/2020, de 31 de março e suas sucessivas revisões.

Para assegurar o pagamento das remunerações aos seus colaboradores e a manutenção de serviços essenciais durante o período de hibernação, a Empresa teve de recorrer a financiamentos bancários, garantidos pelo Estado de Cabo Verde, no valor aproximado de EUR 4 milhões, entre abril e dezembro de 2020.

2.4. Suspensão dos Sistemas Financeiros (ICH e BSP) da IATA

Entre outros efeitos da interrupção das operações, destaca-se a suspensão dos sistemas financeiros da IATA, ICH (IATA Clearing House) em março e BSP (Bank Settlement Plan) em abril, devido à perda de capacidade da Empresa para se manter em conformidade com os regulamentos da participação. A situação de suspensão continua à data deste relatório, estando a sua alteração dependente do



cumprimento de determinados requisitos, designadamente (i) a consolidação da retoma das operações e (ii) a constituição/ reposição de garantias financeiras.

2.5. Condicionamento da Frota

A partir de junho de 2020, a Empresa manteve em Miami, EUA, os três aviões da sua frota. Dois deles foram posicionados pouco depois da suspensão das operações para, aproveitando o tempo de paragem forçada, serem submetidos a inspeções programadas e outros trabalhos relevantes. Depois das inspeções, foram mantidos em preservação, como é prática na indústria em situações de paragem prolongada.

2.6. Liquidação Antecipada de Financiamento

No mês de julho, o acionista maioritário Loftleidir Cabo Verde (LCV), decidiu autorizar a utilização de um depósito no valor de USD 6,25 Milhões, que tinha sido constituído junto do IIB para efeitos de garantia de um crédito no mesmo valor (2ª Linha, 51%) contraído pela Empresa em janeiro, para a liquidação antecipada da totalidade desse mesmo crédito. A LCV passou a ter um crédito sobre a Empresa no mesmo valor, tendo 90% do mesmo sido convertido em prestação suplementar, com base num acordo de reestruturação de dívida assinado em novembro entre a Empresa e a Loftleidir Icelandic (acionista maioritário da LCV).

2.7. Termo do Contrato de Serviços PSS com a SITA

Em dezembro de 2020, foi terminado o contrato com a SITA (Sociedade Internacional de Telecomunicações Aeronáuticas), ao abrigo do qual a TACV vinha utilizando o *Passenger Service System* (PSS) daquela Empresa. O término do contrato estava inicialmente previsto para dezembro de 2021, mas, face às circunstâncias decorrentes da pandemia, as partes chegaram a um entendimento para o antecipar.

2.8. Negociações entre os Acionistas e o Governo

Desde a suspensão da atividade, a administração da Empresa manteve um monitoramento contínuo da evolução da situação sanitária e dos eventos relevantes nos vários mercados de interesse para a sua operação. Manteve igualmente contacto permanente com os acionistas e com o Governo de Cabo Verde, promovendo conversações entre as partes sobre as possíveis soluções para a situação atual da Empresa e melhores cenários para a retoma.

Em outubro de 2020, depois de muitos avanços e recuos, muitas vezes também impostos pela conjuntura externa, começou a definir-se um acordo entre os acionistas e o governo sobre um possível plano de recuperação e as condições do necessário suporte financeiro à Empresa.

No fecho do exercício as negociações se encontravam num estágio bastante avançado, com boas perspetivas de conclusão no início de 2021.

3. Frota e Rede

No arranque de 2020 a rede aérea tinha a configuração apresentada na Figura 3-1. Em janeiro a Empresa operava semanalmente 14 voos para o Brasil, 4 para a França, 8 para Itália, 10 para Portugal, 4 para os EUA e 9 para a África Ocidental. No final de fevereiro, por força da pandemia, os voos para a Itália foram suspensos e, conseqüentemente, foi reduzida a frequência de voos para o Brasil. Em 18 de março todos os voos regulares da Empresa estavam suspensos, no seguimento do encerramento das fronteiras de Cabo Verde para ligações aéreas com o exterior.

Figura 3-1: Configuração da Rede Aérea em janeiro de 2020



Para além das operações intercontinentais, a Empresa manteve durante o mês de janeiro uma operação com um ATR42-320 em *wet leasing* para assegurar a conexão das ilhas de Santiago e São Vicente com o *Hub* no Sal. A operação interilhas, lançada em 2019 numa perspetiva de longo prazo, foi descontinuada em fevereiro de 2020.

Três aviões Boeing B757-200, com 183 assentos em duas classes, garantidos por contrato de locação operacional, avião e manutenção (A&M), a longo prazo, integravam a frota da CVA no início do exercício de 2020 (**Quadro 3-1**). Parte da capacidade requerida pelo plano de produção, era garantida por contratos ACMI (Aircraft, Crew, Maintenance, Insurance), de curta duração.

Quadro 3-1: **Aviões em Serviço no I Trimestre de 2020**

AC Type and Tail Number	Contract Type	Lessor
= A320		
CS-TRO	Wet (ACMI) Lease (situações AOG)	AVICO/ White Airways
= ATR42		
CS-DVO	Wet (ACMI) Lease (conexões Inter-ilhas)	Lease Fly
= B737		
I-NEOW	Wet (ACMI) Lease (situações AOG)	NEOS
YR-CBK	Wet (ACMI) Lease	Cobrex Trans
= B757		
D4-CCF	A&M (Aircraft & Maintenance) LT Lease	Loftleidir Icelandic
D4-CCG	A&M (Aircraft & Maintenance) LT Lease	Loftleidir Icelandic
D4-CCH	A&M (Aircraft & Maintenance) LT Lease	Loftleidir Icelandic
TF-FIJ	Wet (ACMI) Lease	Icelandair
TF-FIW	Wet (ACMI) Lease	Icelandair
TF-LLX	Wet (ACMI) Lease	Icelandair
= B767		
CS-TKR	Wet (ACMI) Lease (situações AOG)	EuroAtlantic
CS-TKT	Wet (ACMI) Lease (situações AOG)	EuroAtlantic

O plano 2020 perspetivava a introdução de uma quarta aeronave B757-200 na frota, com registo em Cabo Verde previsto para o mês de julho. Projetando seis aviões em operação a partir de agosto, o plano perspetivava igualmente ações preparatórias para a transição tecnológica ao nível da frota. Com o advento da pandemia, tudo parou. Os aviões da frota (D4-CCF, D4-CCG e D4-CCH) foram colocados em preservação, após a conclusão de inspeções gerais programadas para o exercício. Os contratos ACMI (Wet Leasing), que à data da suspensão das operações (19-mar-2020) se encontravam ainda ativos, foram terminados.

4. Experiência do Cliente

Atenção especial era reservada no plano 2020 ao aprimoramento da experiência do Cliente em toda a extensão da sua jornada com a Companhia. Assim, desde o arranque do exercício, foram intensificados processos iniciados em 2019, com o foco em tornar mais convenientes os serviços oferecidos, simplificar o acesso aos serviços, facilitar o relacionamento em todas as etapas, facilitar o *self-servicing*, inovar no acolhimento e no serviço a bordo. A Experiência do Cliente tornou-se tema recorrente e obrigatório na agenda semanal da gestão de topo, sendo avaliados resultados das iniciativas levadas a cabo e decididos novos projetos e iniciativas, no sentido de levar a Companhia a ser cada vez mais confiável, eficiente e diferente.

Aproveitando a paragem dos aviões para inspeções gerais programadas no primeiro semestre, foram agendadas modificações no interior, das quais deveriam resultar as condições adequadas para a oferta de entretenimento a bordo, em moldes inovadores.



A chegada da pandemia obrigou à suspensão das operações, mas, na perspetiva da retoma a curto prazo, impôs, desde logo, novas preocupações, designadamente com a segurança e proteção da saúde do Cliente. Sendo assim, a Empresa procurou ajustar os seus procedimentos, introduzindo práticas recomendadas internacionalmente e respeitando as exigências da nova realidade, na informação ao Cliente e em todas as etapas do serviço, particularmente a bordo.

5. Segurança Operacional

A segurança representa o compromisso número 1 da Empresa e dos seus colaboradores com o Cliente. Tendo sempre presente esse compromisso, em paralelo com outras transformações relevantes em curso na organização, a Empresa tem vindo a investir de forma consistente no aprimoramento do seu sistema de gestão de riscos e de garantia e promoção da segurança operacional.

O esforço investido resultou na melhoria da confiança da Autoridade Aeronáutica nacional (AAC), traduzida na duplicação de 12 para 24 meses da validade do AOC (*Air Operator Certificate*), alcançada no processo de revalidação concluído com sucesso em abril de 2020.

No plano externo, a CVA é certificada pelo Programa IOSA (*IATA Operational Safety Audit*) da IATA, o que traduz o reconhecimento da cultura e manutenção de um elevado padrão de segurança das operações. Depois de renovar o seu registo em 2019, num processo que assinalou a redução significativa do número de *findings*, a Companhia preparou um plano de ação com implementação em 2020, com o objetivo de melhorar os resultados da auditoria prevista para 2021, no âmbito do processo de renovação da certificação.

A fim de garantir um serviço ainda mais seguro para o Cliente, no contexto da pandemia, foi preparada, em antecipação da retoma das operações, a implementação de protocolos e boas práticas no check-in, embarque, desembarque, limpeza das aeronaves, manutenção do ambiente a bordo, cuidados com a tripulação, em linha com os *IATA Health Safety Standards*.

6. Desempenho Operacional e Financeiro

6.1. Destaques Operacionais

Com a dinâmica operacional do segundo semestre de 2019 a ter continuidade no arranque do exercício (o mês de janeiro registou recordes históricos em todos os indicadores), perspetivava-se um 2020 excecional. Desde muito cedo, contudo, o advento da pandemia, forçando a suspensão das ligações aéreas com a Itália e a redução dos voos para o nordeste do Brasil em fevereiro e a suspensão completa das operações regulares da Companhia em 19 de março, viria a alterar radicalmente as expectativas (Figura 6.1-1 – Figura 6.1-4).



R & C 2020

Figura 6.1-1: Aviões em Serviço

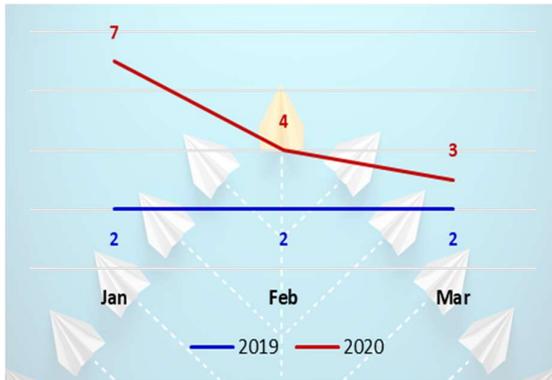


Figura 6.1-2: Voos Realizados



Figura 6.1-3: Horas Block

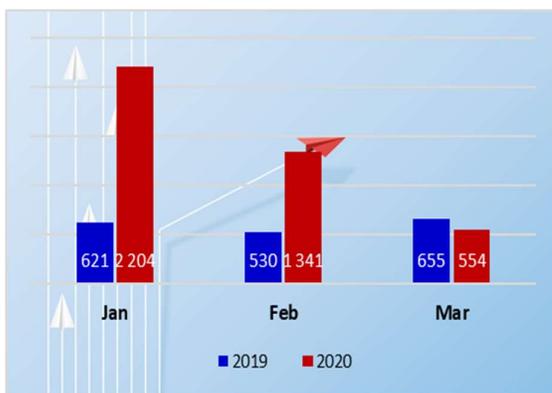
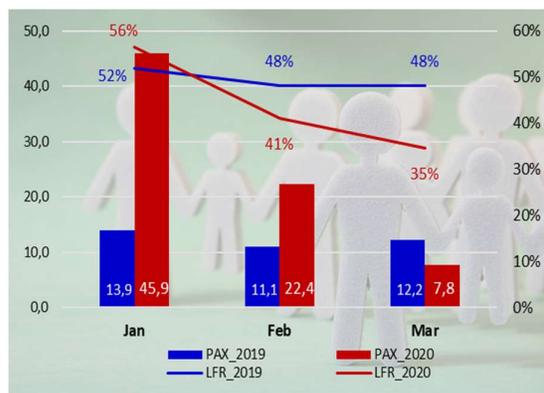


Figura 6.1-4: Passageiros (000) e Load Factor (%)

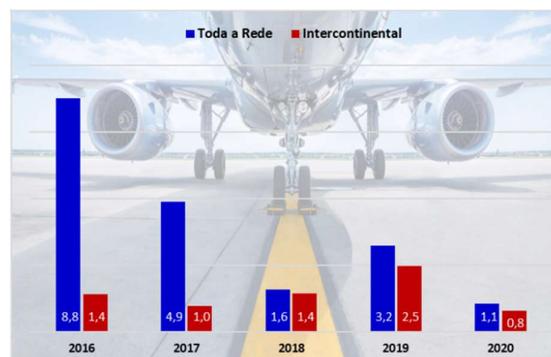


A partir da data de suspensão até ao final do exercício, a Empresa não teve qualquer operação regular, tendo ocasionalmente realizado alguma operação charter, circunstância que determina o posicionamento de 2020, em comparação com os exercícios precedentes, em termos globais (Figura 6.1-5 – Figura 6.1-10).

Figura 6.1-5: Aviões em Serviço



Figura 6.1-6: Voos Realizados (000)



R & C 2020

Figura 6.1-7: Horas Block (000)

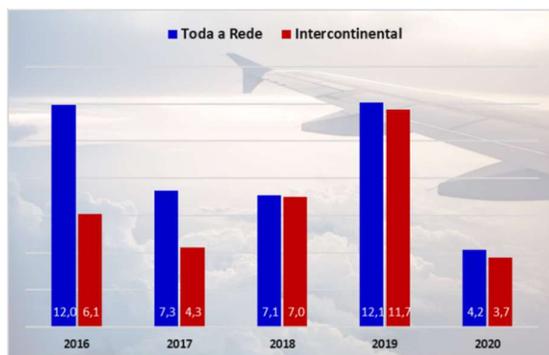


Figura 6.1-8: Passageiros Transportados (000)

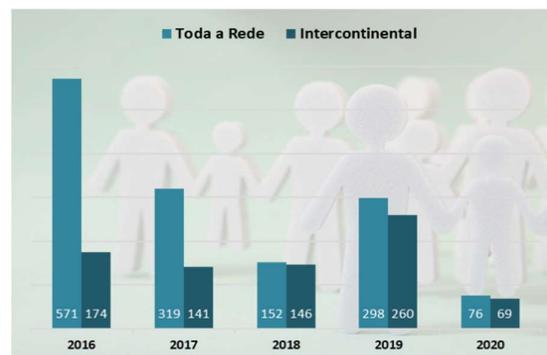


Figura 6.1-9: ASK, RPK, Load Factor (Toda a Rede)

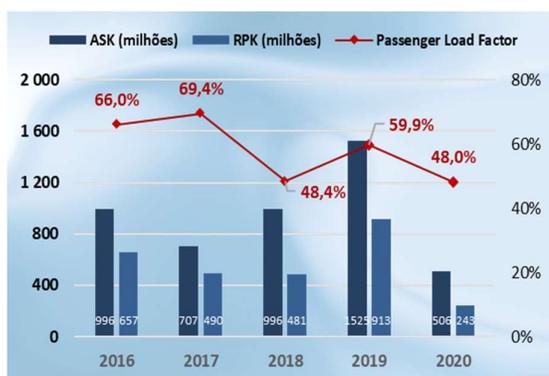
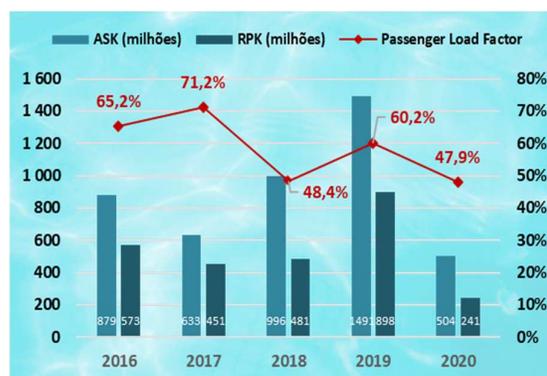


Figura 6.1-10: ASK, RPK, Load Factor (Intercontinental)



6.2. Indicadores de Performance

Quadro 6.2-1: Resumo dos Indicadores de Performance

DESCRIÇÃO	Sigla	2016	2017	2018	2019	20192	2020
Voos Realizados	DEP	8 780,00	4 868,00	1 540,00	3 236,00	3 236,00	1 058,00
Horas Block	BLH	11 967,01	7 322,79	6 416,50	12 074,62	12 074,62	4 156,40
Passageiros Transportados	PAX	571 381,00	319 442,00	151 814,00	297 996,00	297 996,00	76 023,00
Assentos Disponíveis	STS	807 640,00	484 689,00	325 580,00	535 375,00	535 375,00	158 820,00
Assentos-quilómetro Disponíveis	ASK	996 446 087,00	706 533 006,00	995 671 842,00	1 525 187 229,00	1 525 187 229,00	507 185 030,00
Passageiros-quilómetro	RPK	657 377 170,00	490 416 773,18	481 437 134,00	912 595 168,00	912 595 168,00	242 954 765,00
Toneladas-quilómetro Disponíveis	ATK	114 041 692,00	81 746 820,90	134 637 587,00	192 918 059,83	192 918 059,83	63 398 130,00
Toneladas-quilómetro	RTK	59 163 831,00	44 137 509,59	51 513 773,00	97 647 682,98	97 647 682,98	25 510 253,00
Combustível Consumido - JET A1 (Galões EUA)	JET	6 911 776,00	4 963 986,76	8 110 777,00	36 201 649,12	36 201 649,12	3 739 809,12
Quilómetros Voados	Km	6 030 539,00	3 984 165,00	5 096 405,00	8 504 832,00	8 504 832,00	2 844 785,00
Ocupação (Passenger Load Factor)	PLF	66%	69%	48%	60%	60%	48%
RASK E CASK (CVE)							
Rendimento de passageiro por ASK	PRASK	5,68	5,75	3,15	3,74	3,74	3,22
Redimento total por ASK	RASK	6,78	6,95	3,57	4,10	4,10	3,75
Custo total por ASK	CASK	8,60	12,03	9,89	8,20	8,56	14,00

Contrariando as expetativas de crescimento no exercício, a produtividade da Empresa não foi muito além dos 30% dos níveis registados em 2019, na quase generalidade dos indicadores.

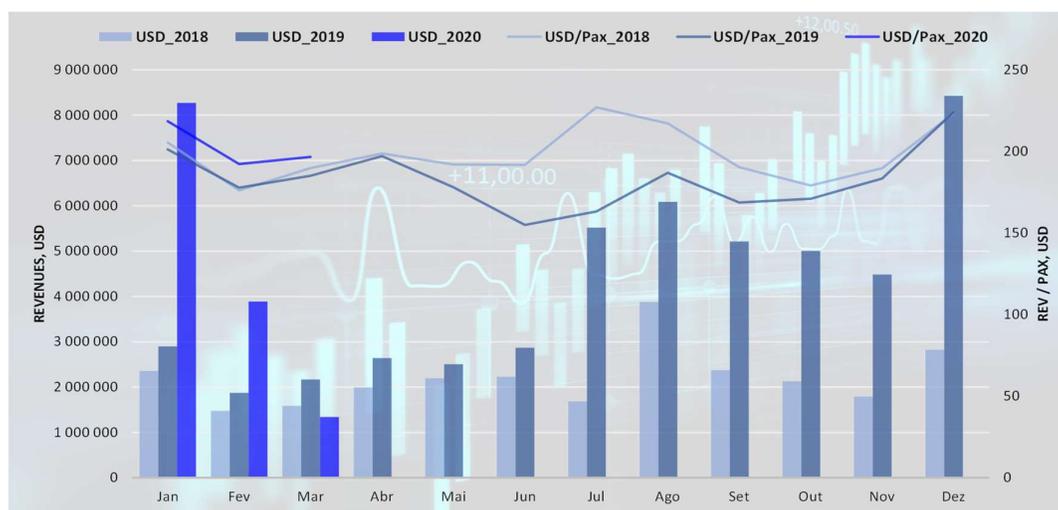
A degradação do PRASK (-14%) e do RASK (-8%), face a 2019, reflete sobretudo a quebra acentuada da ocupação (e, conseqüentemente, dos rendimentos) de 56% em janeiro para 41% em fevereiro e 35% em março, com a média global (48%) a ficar 12 pontos aquém dos 60% de 2019. O CASK, por seu turno, agravou-se 64%, com relação ao nível de 2019, dada a manutenção, inevitável, em cenário de total

ausência de atividade geradora de rendimento, de importantes rubricas de gasto operacional fixo, destacando-se a locação de aviões e encargos com o pessoal.

6.3. Rendimentos Líquidos

Os rendimentos de transporte de passageiros somaram em 2020 aproximadamente 1.632.000 milhares de Escudos (mCVE), acusando uma quebra de 71,4%, face a 2019. No global, os rendimentos da prestação de serviços contabilizaram cerca de 1.903.000 mCVE, representando 31,2% dos registados em 2019, e apenas 7,9% dos projetados para o exercício.

Figura 6.3-1: Rendimentos de Passageiros (Globais e Unitários)



6.4. Gastos Operacionais

Os gastos operacionais (antes das depreciações) totalizaram neste exercício cerca de 7.100.000 mCVE, apresentando uma redução de 49,1%, face a 2019. Naturalmente, não fosse pela manutenção durante o período de hibernação de gastos fixos relevantes, por força de obrigações contratuais e na perspetiva da retoma a curto prazo da atividade, destacando-se, designadamente, os gastos com a locação de três (3) aeronaves B757-200 e os gastos com o pessoal, cujo impacto foi, entretanto, mitigado com recurso ao regime simplificado de *lay-off*, esta redução estaria mais em linha com a quebra registada na produção.

Quadro 6.4-1: Resumo dos Gastos Operacionais (mCVE)

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	2019 (Reported)	2019 (Reexpr)	2020
Gastos Operacionais						
Avião - locação e manutenção	2 619 048	1 976 049	2 885 364	3 941 078	3 941 078	3 538 481
Combustível	1 139 367	1 038 714	1 655 493	2 650 100	2 650 100	887 468
Salários e relacionados com salários	1 313 580	1 241 068	1 330 086	1 395 136	1 395 136	776 645
Gastos com tripulantes em serviço de voo	123 178	98 459	222 144	335 552	335 552	142 969
Handling, Aterragem e Navegação	1 168 206	766 041	925 138	1 499 279	1 499 279	482 536
Distribuição, Marketing e Vendas	517 083	399 066	337 726	788 265	788 265	308 526
Seguros	67 044	51 596	35 613	69 142	69 142	112 959
Gastos com passageiros	408 887	609 772	1 202 417	815 627	815 627	334 828
Outros Gastos e Perdas	1 212 396	2 317 076	1 248 562	1 012 901	1 557 649	515 466
Total Gastos Operacionais	8 568 789	8 497 841	9 842 543	12 507 081	13 051 829	7 099 878

6.5. Resultados do Exercício

O EBITDA em 2020 é negativo no valor de 4.754.061 mCVE (Quadro 6.5-1). As projeções orçamentais para o exercício apontavam para uma melhoria assinalável do desempenho económico, com um EBITDA ainda assim negativo, mas em torno dos mCVE 2.100.000. Assinala-se, contudo, uma melhoria de 30% em relação a 2019, não obstante o longo período de perda total de rendimentos.

Regista-se neste exercício, à semelhança do exercício anterior, um impacto não relevante no défice operacional dos gastos de depreciação e perdas por imparidade de ativos.

Situação extraordinária face aos registos históricos, as operações financeiras contribuíram para o Resultado Líquido do Exercício, negativo, no valor de 4.656.933 mCVE, com um saldo positivo de 122.871 mCVE, para o qual foram determinantes ganhos cambiais excecionais, decorrentes sobretudo da depreciação do USD. Com relação a 2019, os juros de dívida aumentaram 19,6% para os 312.901 mCVE.

Quadro 6.5-1: Síntese da Demonstração de Resultados (mCVE)

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	2019 (Reported)	2019 (Reexpr)	2020
Rendimentos Operacionais	6 755 905	4 911 125	3 551 766	6 250 400	6 250 400	2 345 817
EBITDA	-1 812 884	-3 586 716	-6 290 777	-6 256 681	-6 801 429	-4 754 061
Margem EBITDA	-27%	-73%	-177%	-100%	-109%	-203%
Depreciações e amortizações	-158 432	-104 540	-127 488	-54 051	-54 051	-25 742
EBIT	-1 971 316	-3 691 256	-6 418 265	-6 310 732	-6 855 480	-4 779 803
Resultados Financeiros	-340 320	-64 700	-293 525	-260 402	-260 402	122 871
EBT	-2 311 636	-3 755 956	-6 711 790	-6 571 134	-7 115 882	-4 656 933

6.6. Liquidez e Endividamento

A demanda por liquidez, intensificada no final de 2019, fundamentalmente por força das atividades operacionais (Quadro 6.6-1), levou a Empresa a contrair, já em janeiro, um financiamento junto do International Investment Bank (IIB) no valor de USD 12,25 Milhões, garantido pelos dois maiores acionistas, na proporção da respetiva participação social, 51%/49% (o Estado, embora na altura com uma participação social de 39,38%, assumiu a responsabilidade que caberia aos pequenos acionistas privados, diáspora e trabalhadores, com 9,62%). A parcela correspondente aos 51% deste financiamento foi liquidada por completo em julho de 2020, tendo sido utilizado para o efeito um depósito colateral no mesmo valor, constituído como garantia pelo acionista maioritário.

Quadro 6.6-1: Fluxos de Caixa (mCVE)

DESCRIÇÃO	2020	2019	2018	2017 ¹⁾	2016
Atividades Operacionais	-2 241 634	-4 380 782	-5 600 634	-3 029 533	-259 587
Atividades de Investimento	-50 016	244 973	6 937	-859 143	-143 783
Atividades de Financiamento	2 113 347	5 444 623	4 234 987	4 042 592	433 894
Efeito Cambial	0	0	0	-4 781	-230
Varição de Caixa	-178 303	1 308 814	-1 358 709	153 916	30 524
Caixa Inicial	215 751	-1 093 062	265 647	116 512	86 218
Caixa Final	37 449	215 751	-1 093 062	265 647	116 512

¹⁾ Reexpresso

A quebra primeiro e a perda total de fluxos de venda depois, ocasionadas pela paragem das operações, agravou ainda mais a situação de dependência da Empresa em relação ao financiamento externo ou dos seus acionistas, ainda que, no estado de hibernação em que entrou com o advento da pandemia,

tenha procurado o entendimento com os seus credores para diferir a grande maioria de suas responsabilidades financeiras. A adesão ao regime simplificado de *lay-off* (redução das responsabilidades salariais) e à moratória sobre responsabilidades decorrentes de contratos de financiamento (suspensão temporária do serviço da dívida financeira) contribuíram significativamente para mitigar as necessidades financeiras.

Nestas circunstâncias, para assegurar o pagamento regular dos salários e de alguns serviços e fornecimentos destinados ao funcionamento da Empresa, foram contraídos, adicionalmente, cinco (5) créditos bancários, garantidos por Aval do Estado de Cabo Verde (4) e por penhora de um depósito da Empresa no ECOBANK, Nigéria (Quadro 6.6-1).

Quadro 6.6-2: Financiamentos Obtidos em 2020

Mês	Banco	Termo (meses)	Moeda	Valor	Juros	Garantia
▪ Fevereiro	IIB	84	USD	5 000 000	7,00%	Aval do Estado
▪ Fevereiro	ECOBANK CV	6	EUR	600 000	6,50%	Depósito Colateral
▪ Junho	IIB	84	CVE	218 000 000	7,00%	Aval do Estado
▪ Setembro	CECV	12	CVE	100 000 000	5,75%	Aval do Estado
▪ Dezembro	CECV	12	EUR	1 000 000	5,75%	Aval do Estado

7. Posição Financeira

O Quadro 7-1 apresenta a síntese da posição financeira em 31 de dezembro de 2020. Prestações suplementares no valor aproximado de 3.000.000 mCVE, materializadas sobretudo por perdão de dívida pelo acionista maioritário e partes relacionadas, mitigaram a degradação do capital próprio, provocada pelos resultados negativos do período. A transferência para a NewCo de responsabilidades na ordem dos 1.400.000 mCVE, no âmbito da segunda fase do projeto de resolução do passivo pré-privatização e saneamento do balanço, não chegou a materializar-se neste exercício, como esperado.

Quadro 7-1: Balanço em 31-12-2020 (Milhões de CVE)

DESCRIÇÃO	2020	2019	2018	2017	2016
Ativo não Corrente	1 249	1 633	461	1 214	678
Ativo Corrente	629	1 097	1 684	1 854	1 950
Total Ativo	1 877	2 730	2 145	3 068	2 628
Capital Próprio	-9 314	-7 608	-13 683	-11 172	-9 364
Passivo não Corrente	4 464	2 808	590	5 486	3 296
Passivo Corrente	6 727	7 530	15 238	8 754	8 697
Total do Passivo	11 191	10 338	15 828	14 240	11 993
Total do Capital Próprio e do Passivo	1 877	2 730	2 145	3 068	2 629

8. Cultura e Pessoas

A pandemia e a paragem prolongada das operações impuseram adaptações à organização e ao funcionamento da Empresa.

Com a chegada da pandemia, foi decretado o confinamento obrigatório, que só foi levantado em abril/maio. A maioria dos colaboradores foi colocada em *lay-off* temporário, ao abrigo do regime simplificado decretado pelo Governo, como uma das medidas de apoio às empresas no combate aos efeitos

económicos e financeiros da pandemia. Mantendo sempre a expectativa na retoma, assim que as condições sanitárias o permitissem, a Empresa procurou manter serviços essenciais, entre eles, sobretudo, aqueles necessários à manutenção do AOC e das demais licenças e autorizações operacionais. Para assegurar esses serviços essenciais, foram criadas condições para que os colaboradores no ativo pudessem trabalhar do seu domicílio.

O recurso ao *lay-off* temporário, ao abrigo do Decreto-Lei Nº83, de 4 de abril, e suas revisões, visou, não só, proteger os postos de trabalho, mas também, garantir que em circunstâncias de perda total de rendimentos, os colaboradores pudessem contar com um rendimento regular, enquanto perdurasse a suspensão da atividade. Assim, já em abril, foram colocados no regime de *lay-off* temporário 183 colaboradores. Esse número foi evoluindo ao longo do exercício, tendo chegado ao máximo de 227 colaboradores no período de julho a setembro.

Figura 8-1: **Staff por Área Funcional**

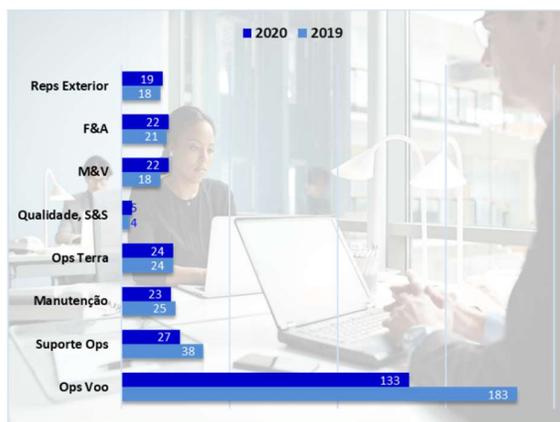
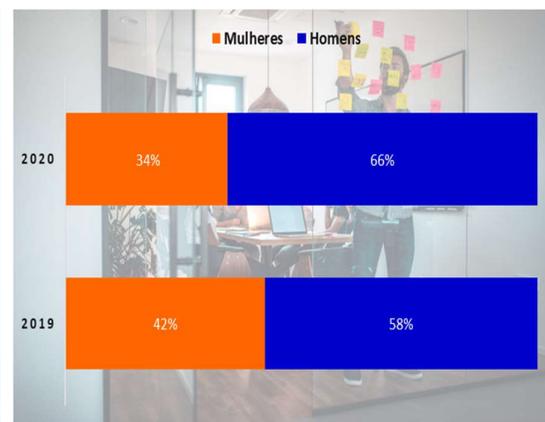


Figura 8-2: **Distribuição do Staff por Género**



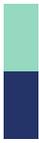
Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa tinha em ativo um total de 275 colaboradores, sendo 34% mulheres. A distribuição por área funcional é apresentada na Figura 8-1. Em comparação com 2019, a equipa ficou 17% mais pequena, com a dispensa de 56 colaboradores, dos quais 46 do quadro do pessoal navegante de cabine, maioritariamente feminino.

9. Eventos Subsequentes

9.1. Acordo dos Acionistas Assinado e Plano de Recuperação Aprovado

Em março de 2021 foi finalmente assinado o acordo entre os principais acionistas e aprovado o plano de recuperação com as seguintes linhas gerais de ação:

1. Estratégia de vendas e distribuição reformulada e um minucioso exercício de otimização de gastos, resultando no retorno gradual à rentabilidade nos próximos 5 anos.
2. Redução da frota de três para duas aeronaves Boeing B757-200, em regime de locação operacional A&M. Esta redução resulta do acordo alcançado com o Locador Loftleidir Icelandic para terminar antecipadamente o contrato de locação respeitante ao avião MSN 29307,



Registo D4-CCH, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2020. Adicionalmente, foram ainda acordadas com o Locador adendas aos contratos respeitantes às aeronaves D4-CCF e D4-CCG, permitindo (i) terminar esses contratos em 30-nov-2021, (ii) fixar o *lease rate* em USD 2.600 por hora *block* e (iii) pagar as rendas em função da utilização semanal efetiva da aeronave (sem mínimo de horas garantido).

3. Reestruturação de dívidas (dívidas subordinadas, dívidas com partes relacionadas e com terceiros) com redução significativa dos saldos devidos e diferimento do remanescente por um período razoável, que permita à Empresa recuperar o equilíbrio.
4. Um novo financiamento (EUR 12 Milhões) garantido pelo Estado de Cabo Verde para superar os obstáculos trazidos pela pandemia e abordar o requisito mínimo de cobertura de responsabilidades essenciais.
5. Retoma das operações assim que a situação sanitária em Cabo Verde e nos mercados de interesse o permitam e *ramp-up* gradual dos voos, adição de novos destinos, em função da real recuperação da demanda.
6. Preparação da Empresa para um novo influxo de capital (USD 30 Milhões), a realizar no decurso do mês de julho de 2021, após a primeira fase de reestruturação da dívida.

A assinatura do acordo entre os acionistas e a aprovação do plano de recuperação permitiram desencadear a seguinte sequência de eventos importantes:

1. Novas Reformas Organizacionais

Reformas ao nível do Conselho de Administração e também ao nível do Executivo foram acordadas entre os acionistas e começaram a ser introduzidas em março de 2021.

A perspetiva de atividade reduzida a médio prazo determinou ainda a avaliação para um novo redimensionamento da organização, em paralelo com uma profunda transformação digital.

Com o foco na melhoria da experiência do cliente e da eficiência das vendas e das operações, foram priorizadas reformas imediatas nas áreas de marketing e vendas e administrativa e financeira. O *contact center* e o marketing digital, funções antes terceirizadas, foram reincorporadas na organização.

2. Segunda Fase da Resolução do Passivo pré-Privatização

Em linha com o acordo de resolução de março de 2021, acelerou-se o processo relativo à segunda fase da resolução do passivo pré-privatização, comportando um total de mCVE 1 394 492 correspondente ao valor da Ordem de Transferência N^o2 a ser emitida, assim que estiverem assinados os acordos de transferência com o os credores implicados nesta fase. À data deste relatório estão assinados acordos com a ASA, a CV Handling, o INPS, a DNRE e a AAC, no valor agregado de mCVE 976 266. Entre os credores, cujos acordos estão por assinar, encontra-se a ENACOL com um crédito passível de transferência no valor de mCVE 335 019.



3. Negociação da Dívida Comercial

Foi colocado em marcha em março de 2021 um plano de negociação com os credores, visando a reestruturação da dívida comercial. Nesta negociação, a Empresa procurou assegurar uma contribuição também significativa dos parceiros comerciais, complementarmente ao esforço dos acionistas e do Estado de Cabo Verde, para o plano de recuperação. Tal contribuição tem sido disponibilizada na forma combinada de redução dos saldos em dívida e da concessão de um prazo alargado de pagamento.

4. Acordos de Financiamento

Foram assinados em março de 2021 com o BCN e com o *International Investment Bank* (IIB) dois acordos de financiamento garantidos pelo Estado de Cabo Verde, os quais permitiram à Empresa o acesso ao primeiro financiamento num total de EUR 12 M, destinado à resolução parcial do passivo reestruturado e à cobertura de gastos essenciais na preparação da retoma e fase inicial das operações. O acordo com o IIB incluiu também a liquidação antecipada do financiamento no valor de EUR 11,22 Milhões contraído em agosto de 2019 e que tinha como garantia um depósito colateral no valor de EUR 8,42 Milhões.

5. Plano de Regularização do Passivo

No início de abril de 2021 foi iniciado o plano de regularização do passivo reestruturado, nos termos do acordo dos acionistas e nos termos dos acordos que começaram a ser estabelecidos com os credores comerciais.

6. Primeiro de dois Aviões chega a Cabo Verde

Na preparação da retoma das operações, uma das aeronaves, a D4-CCG, foi reposicionada em Cabo Verde no dia 14 de abril de 2021. A segunda aeronave, a D4-CCF, deveria ser posicionada logo a seguir à conclusão de trabalhos de manutenção, então em curso.

7. Implementação de um novo PSS

Foi iniciada em abril a implementação de um novo sistema de serviço ao cliente (PSS – *Passenger Service System*), em substituição do sistema da SITA, retirado do mercado por obsolescência tecnológica e cujo contrato tinha sido terminado em dezembro de 2020. A nova solução incorpora os últimos avanços tecnológicos e deverá contribuir para uma melhoria significativa da experiência do cliente e da eficiência das vendas.

9.2. Suspensão da Retoma/ Arresto do Avião D4-CCG

O primeiro voo da retoma, programado para 18 de junho, acabou por não se realizar. Inicialmente confrontada com o impedimento de dar sequência ao embarque dos passageiros, alegadamente por crédito suspenso, devido à dívida existente, a Empresa viria a ser informada que o voo não seria autorizado, quando se dispôs a satisfazer o requisito de pagamento antecipado dos serviços, tanto da ASA, como da CV Handling, prática que, aliás, já vinha seguindo com outros parceiros operacionais. O voo de 18 de junho de 2021, com destino a Lisboa, seria assim cancelado.



Em 23 de junho de 2021, a Empresa foi notificada do arresto do seu único avião operacional o D4-CCG, por decisão do Tribunal da Comarca do Sal, após processo movido pela ASA e pela CV Handling, com fundamento na dívida vencida.

No seguimento do arresto do D4-CCG, o Locador tratou de seguida de solicitar o abate do registo nacional desta aeronave e também da aeronave D4-CCF, que se encontrava nos EUA em revisão geral programada. Nestas circunstâncias, a Empresa viu-se de repente sem qualquer equipamento para dar seguimento ao plano de retoma das operações, o que levou a Administração a tomar a decisão de pedir à AAC a suspensão dos voos por um período de trinta (30) dias.

9.3. A AAC Suspendeu Temporariamente o AOC

O exercício continuado de atividade comercial (regular ou não regular) é um dos requisitos fundamentais para a manutenção do Certificado de Operador Aéreo (AOC). Mesmo que, durante algum tempo, o encerramento temporário das fronteiras aéreas tivesse funcionado como atenuante, a Empresa não podia, por regulamento, ver-se na condição de operações suspensas por mais de sessenta (60) dias (CV-CAR 8.B.130 (a)). Assim, para evitar o cenário de suspensão do AOC, operações charter pontuais foram sendo realizadas, tendo a última ocorrido em 14 de abril de 2021. O reinício das operações regulares tinha sido anteriormente programado e reprogramado várias vezes (out-200, dez-2020, jan-2021, mar-2021), depois da reabertura das fronteiras para voos internacionais por resolução (Resolução Nº138/2020, de 12 de outubro) do Governo. Por fim, depois do charter de 14 de abril, mediante um *Schedule of Events*, discutido com, aprovado e seguido semanalmente pela autoridade aeronáutica, foi fixada a data de 18 de junho de 2021, como último *deadline* consentido pela AAC para a retoma.

O cancelamento do voo de 18 de junho e os eventos da semana seguinte levaram a AAC a decidir pela suspensão do AOC e, conseqüentemente, das correspondentes especificações operacionais (OpSpec) e da Licença de Exploração Aérea (LEA), por entender que a Empresa deixou de estar em conformidade com os requisitos do AOC, das (OpSpec) e da LEA. Em carta dirigida ao Administrador Responsável em 28 de junho de 2021, a AAC notificou a Empresa da DETERMINAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SUSPENSÃO DO AOC DA TACV, SA por um período de seis (6) meses e da possibilidade de a reverter, caso e assim que fossem recuperadas, dentro daquele prazo, as condições para a reposição da conformidade com os requisitos atrás referidos. A não normalização da situação (restabelecimento da conformidade com os requisitos do AOC, OpSpec e LEA) no referido prazo de seis (6) meses implicaria a revogação do certificado.

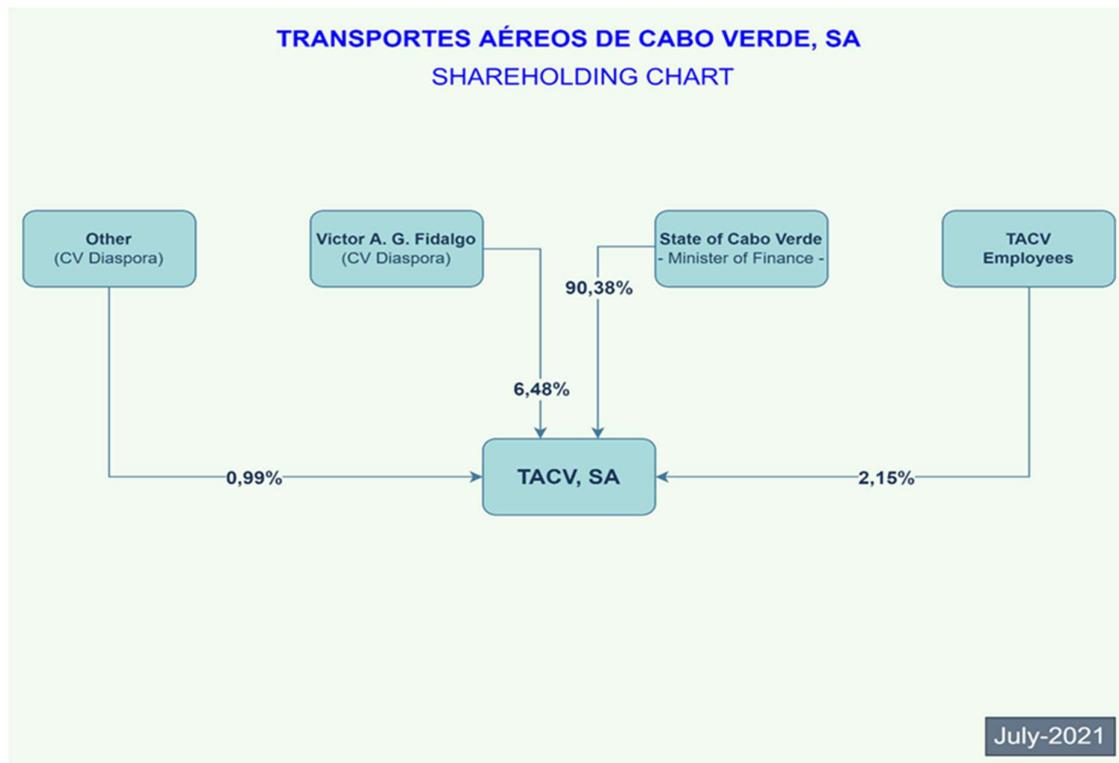
O restabelecimento da validade do AOC, das OpSpec e da LEA devia, de acordo com a mesma determinação, ocorrer em concertação com e de modo determinado pelo regulador (AAC) e nos termos previstos na legislação aplicável.

9.4. Revertida a Venda de 51% do Capital/ Recuperado o Controlo pelo Estado

Por resolução do Governo (Decreto-Lei Nº50/2021, de 06 de julho), foi aprovada a reversão da venda e a transmissão para o Estado de Cabo Verde de 51% das ações representativas do Capital Social da TACV, SA, que tinham sido adquiridas no âmbito da privatização em 2019 pela Loftleidir Cabo Verde (LCV),

empresa do Grupo Icelandair. O Estado de Cabo Verde recuperou assim o controlo acionista da Sociedade.

Figura 9.4-1: Estrutural Acionista Atual (depois da reversão da venda de 51% do Capital Social)



Uma das consequências imediatas da resolução de 06 de julho foi a queda do Acordo de Resolução entre os dois maiores acionistas (a LCV e o Estado CV) e a TACV, alcançado em março de 2021 e que estabelecia as principais condições para a retoma das operações pela Empresa, destacando-se entre essas condições a reestruturação da dívida da TACV às partes relacionadas (Loftleidir Icelandic, Icelandair, Fjarvakur e ASE, do lado da Loftleidir CV e ASA, CV Handling e AAC, do lado do Estado de Cabo Verde) e os moldes do financiamento a curto prazo.

No seguimento da resolução, foi iniciada uma disputa entre os dois anteriores parceiros na privatização da TACV, com forte probabilidade de só vir a ser resolvida pela via judicial.

Para a TACV, resultaram da reversão, em termos imediatos, os seguintes efeitos práticos:

1. A Empresa deixou de fazer parte do Grupo Icelandair;
2. Comprometendo o processo de encerramento e certificação das contas do exercício de 2020 (na sua fase final à data da reversão), a Empresa deixou de poder contar com o Sistema ERP e com os serviços de contabilidade (incluindo o *revenue accounting*) e de controlo financeiro, que a Empresa tinha passado a utilizar desde o exercício de 2018, no âmbito da preparação da privatização;
3. A Empresa deixou de poder contar com a possibilidade de um financiamento de USD 30 Milhões, a mobilizar até o final de julho de 2021 pela LCV, nos termos do acordo de resolução de março;



4. A contingência de perda de descontos sobre a dívida em 31 de dezembro de 2020 às partes relacionadas no valor global de USD 37,8 Milhões, dos quais USD 32,1 Milhões sobre dívida a empresas do Grupo Icelandair;
5. O risco de perda de benefícios, estimados em cerca de USD 128,4 Milhões, resultantes da reestruturação de três contratos de locação operacional a longo prazo com a Loftleidir Icelandic (LLI), com a redução das responsabilidades financeiras futuras associadas aos contratos, objeto de reestruturação.

9.5. Novos Órgãos Sociais Designados em agosto de 2021

Em Assembleia Geral (AG) extraordinária realizada em agosto de 2021 foram designados, com mandato de dois (2) anos, novos Órgãos Sociais para a Empresa, agora com o Estado de Cabo Verde como acionista maioritário:

Assembleia Geral (AG)

Eva caldeira Marques,	Presidente da Mesa
Patrick Barreto Lopes,	Secretário

A Mesa da Assembleia Geral é atualmente presidida por [Vera Lúcia Fernandes Andrade Santos](#), que assumiu o cargo em dezembro de 2021, depois da renúncia de Eva Caldeira Marques.

Conselho de Administração (CA)

Sara Helena Pires, Executiva,	Presidente
Carlos Miguel Lopes Salgueiral,	Executivo
João Alberto Martins Pereira,	Executivo
Neusa Cristina Nascimento Évora,	não-Executiva
José Aldino Ribeiro,	não-Executivo

Conselho Fiscal (CF)

Luis Alberto da Silva Aguiar ¹⁾ ,	Presidente
Maria da Luz de Pina Gomes,	Vogal
Valentim Almeida Pinto,	Vogal

¹⁾ Renunciou ao cargo em novembro de 2022.

Com a missão de relançar a atividade operacional e estabilizar a Empresa, o CA tinha como desafio primeiro evitar, em circunstâncias particularmente desfavoráveis e no limitado prazo de apenas cento e vinte (120) dias a revogação do AOC e das demais licenças e autorizações operacionais. Nesse mesmo prazo de cento e vinte (120) dias era esperado que o CA submetesse à aprovação da AG um Plano de Negócios por, pelo menos, cinco (5) anos.



9.6. Plano de Retoma e Estabilização

Em dezembro de 2021, o Conselho de Administração submeteu a aprovação em Assembleia Geral o Plano de Retoma e Estabilização 2022-2023 (PRE2223), definindo os principais eixos da retoma e estabilização da Empresa até 2023 e o seu financiamento.

O PRE2223 previa o alargamento da rede, para além do único destino no relançamento (Lisboa), a partir de abril e uma frota com três aviões em locação operacional a longo prazo, a partir de julho.

À data deste relatório, não tendo sido possível assegurar o financiamento adequado, apenas a etapa inicial do plano, viabilizando a revalidação do AOC e da LEA, encontra implementada, devendo o cenário atual conhecer alguma alteração significativa, apenas quando for resolvida a questão do financiamento.

9.7. Reinício das Operações Comerciais Regulares

Em 13 de dezembro de 2021, no culminar de um processo intensivo iniciado em setembro, no qual se lutou contra a pressão do tempo e, fundamentalmente, contra dificuldades de acesso ao mercado da locação operacional, logrando-se a reposição da conformidade da Empresa com os requisitos do AOC, das OpSpec e da LEA, a AAC notificou a Empresa da DETERMINAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO E O RESTABELECIMENTO DO AOC DA TACV, SA. Na mesma data foi confirmada a renovação da LEA (o processo de renovação tinha sido submetido em 22 de outubro de 2021), pelo prazo de 12 meses.

Em 27 de dezembro de 2021 foi realizado, no percurso Praia-Lisboa, o primeiro voo comercial regular em 21 meses (a atividade tinha sido suspensa por completo em 19 de março de 2020, devido à pandemia), com um Boeing B757-200, tomado inicialmente em locação ACMI (*aircraft, crew, maintenance, insurance*), mas com a inscrição no AOC em vista ao fim de sessenta dias.

9.8. Renovação do AOC

O processo de renovação do AOC, cuja validade ia até abril de 2022, foi submetido em 23 de fevereiro de 2022, respeitando os prazos regulamentares.

Não tendo sido possível inscrever o B757-200, por falta de consentimento do proprietário, o processo de renovação acabou por ficar comprometido, tendo a AAC determinado, inclusive, a suspensão das vendas, situação que só ficou ultrapassada em março, quando a Empresa submeteu o processo de certificação e registo da aeronave Boeing B737-700, tomada em locação operacional por dois (2) anos à TAAG, Angola, único avião atualmente na frota.

No dia 9 de maio de 2022, após a conclusão do processo de certificação do B737-700, a aeronave foi inscrita no registo cabo-verdiano com a matrícula D4-CCI, como um dos requisitos essenciais para a renovação do AOC, confirmada na mesma data, com 12 meses de validade.



9.9. Fim da Disputa entre a LCV e o Estado de Cabo Verde

Em maio de 2022 a LCV e o Estado de Cabo Verde conseguiram alcançar um acordo, abrangendo igualmente as partes relacionadas ao antes acionista maioritário, pondo fim a todo e qualquer disputa entre as partes, em decorrência da reversão da venda de 51% do capital social.

Para a TACV, o acordo de maio reconfirmou os benefícios alcançados em março de 2021, no âmbito do acordo de resolução então assinado e fez cessar qualquer responsabilidade financeira decorrente dos contratos de locação, originais ou da sua reestruturação. Permitiu ainda restabelecer temporariamente o acesso ao sistema de informação financeira e aos serviços de contabilidade da Icelandair para a conclusão do processo de encerramento e certificação das contas do exercício de 2020. Os descontos sobre as dívidas à ASA e à CV Handling não foram restabelecidos.

9.10. Financiamento à Empresa

À data deste relatório, o financiamento à Empresa continua a não estar suficientemente garantido. A retoma tem vindo a ser suportado pelo Estado de Cabo Verde, enquanto acionista maioritário, mas os fluxos financeiros aportados vão cobrindo apenas algumas necessidades de tesouraria, quando não consumidos por responsabilidades ocasionadas por eventos de disrupção operacional.

Por outro lado, a condição financeira atual e a ainda indisponibilidade de um plano de negócios consistente, têm constituído obstáculos a uma abordagem aos parceiros financeiros para um novo financiamento, que seja relevante para os objetivos da retoma.

Nestas circunstâncias, investimentos cruciais, designadamente na frota e na infraestrutura de vendas, assim como a resolução do passivo de curto prazo, vão sendo diferidos, condicionando o processo de recuperação e a estabilidade.

9.11. Segunda Aeronave

A introdução de uma segunda aeronave na frota tem sido colocada como uma grande prioridade, sobretudo depois de situações que colocaram no chão o único avião disponível, ocasionando eventos de disrupção, que, para além de consumirem importantes recursos financeiros, têm minado a confiança do consumidor, quando esta precisa de ser recuperada.

Depois das dificuldades de acesso ao mercado da locação operacional, encontradas no final de 2021 e no primeiro trimestre de 2022, algumas portas se abriram à Empresa, mas, sobretudo por restrições financeiras, perderam-se as janelas de oportunidade até agora apresentadas.

A Administração da Empresa continua a trabalhar com o Governo no sentido de viabilizar o reforço da frota, assim que uma nova oportunidade se proporcionar, porquanto a segunda aeronave, sendo fundamental para o tão almejado e necessário crescimento da atividade, virá contribuir significativamente para a mitigação do risco operacional e recuperar a fiabilidade da programação, até agora criticamente baixa.

10. Perspetivas

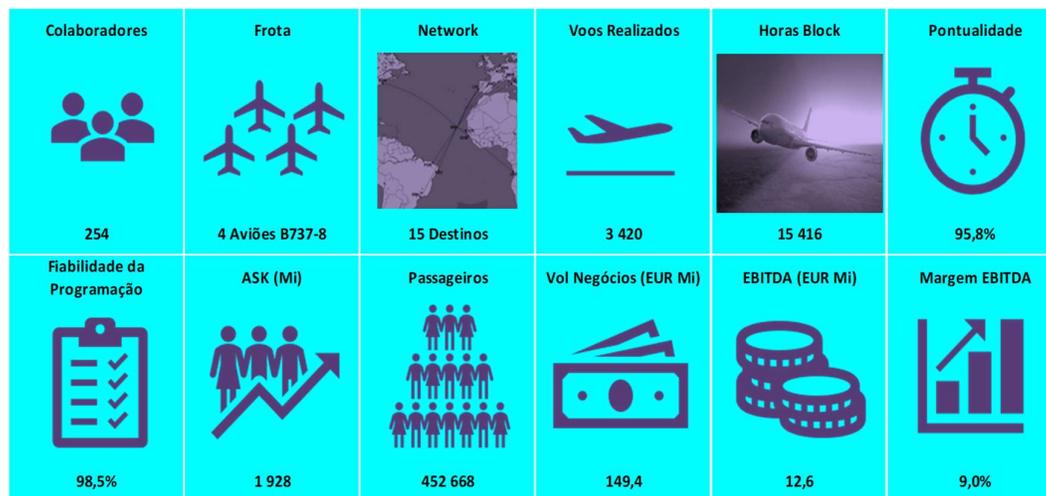
Quase decorrido o primeiro ano desde o relançamento da atividade comercial, a Empresa continua na luta pela estabilização das suas operações, tendo no financiamento o principal desafio a ultrapassar para materializar os objetivos e metas traçadas pelo Plano de Retoma e Estabilização aprovado em Assembleia geral em dezembro de 2021.

Diferidos até agora, devido às restrições financeiras presentes ao longo deste primeiro ano, investimentos cruciais, designadamente na reconstituição da frota, na reedificação da infraestrutura de vendas, no *upgrade* da organização e na regularização de contas vencidas com credores em diversos mercados, precisam de descolar para a dinamização do processo de recuperação, estabilização e crescimento.

É assim que, perspetivando a CVA, como um *player* relevante no transporte aéreo na nossa região no Horizonte 2027, a Administração da Companhia prepara o arranque de 2023 sob os auspícios de um *Interim Business Plan* (IBP) para os próximos cinco anos (2023-2027), o qual estará a ser prontamente aprovado em Assembleia Geral.

Contando com o patrocínio do acionista maioritário da Empresa, o Estado de Cabo Verde, o IBP define os principais investimentos e ações a levar a cabo e os grandes *milestones* a alcançar no período 2023-2027, projetando a CVA no final de 2027, de acordo com o *profile* ilustrado na Figura 10-1.

Figura 10-1: *Profile da CVA em 2027*



11. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe integrar nos resultados transitados os resultados líquidos do exercício, negativos, no valor de 4.656.933 mCVE.



12. Necessidade de Reposição dos Capitais Próprios

A Empresa tem vindo a operar há vários exercícios consecutivos em não conformidade com o disposto no Art.43º do Código das Sociedades Comerciais. A evolução negativa registada no exercício de 2020, impõe a tomada de medidas a curto prazo para reforçar o Capital Próprio e sanear esta não conformidade. Devidamente informado desta necessidade, ao abrigo do Nº 1 do citado artigo, o Estado de Cabo Verde, enquanto maior acionista, vem encetando os esforços requeridos para a regularização desta situação.

Agradecimentos

O Conselho de Administração aproveita a ocasião para endereçar a todos os parceiros os seus agradecimentos pela manutenção do seu suporte à companhia em tempos difíceis, aos acionistas, pelo suporte que, ao longo do exercício, não obstante as restrições impostas pela conjuntura externa, disponibilizou à Empresa, viabilizando a sua continuidade. O Conselho de Administração gostaria igualmente de expressar o seu especial reconhecimento aos colaboradores, renovando a sua mensagem de confiança no futuro, e ainda de registar o seu apreço pela colaboração e assessoria dos auditores externos.

Praia, 30 de dezembro de 2022.

O Conselho de Administração,



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Balanço

TACV - TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE, S.A.

4, Av. Amílcar Cabral, Praia, Cabo Verde

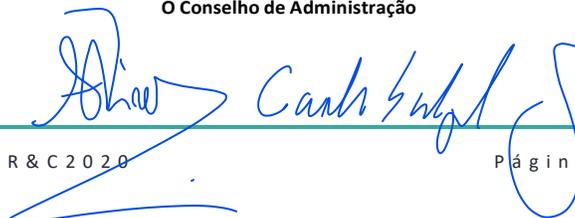
NIF: 200121103

BALANÇO		Valores Expressos em 000 CVE		
RUBRICAS	Notas	Data de Referência		
		31/12/2020	31/12/2019 Reexpresso	31/12/2019 Apresentado
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	3			
Equipamento básico		20 851	27 214	27 214
Equipamento de transporte		9 098	12 449	12 449
Equipamento administrativo		4 580	10 969	10 969
Outros ativos fixos tangíveis		7 456	10 667	10 667
Ativos intangíveis	4	2 339	5 709	5 709
Outras contas a receber	5	244 384	582 657	582 657
Outros activos financeiros	6	959 857	983 200	983 200
Total do ativo não corrente		1 248 564	1 632 864	1 632 864
Activo corrente				
Inventários	7	23 157	23 927	23 927
Clientes	8	25 760	20 982	20 982
Estado e outros entes públicos	9	40 977	35 860	35 860
Outras contas a receber	5	377 315	766 359	766 359
Diferimentos		53 812	34 618	34 618
Outros activos financeiros	6	70 124	-	-
Caixa e depósitos bancários	10	37 449	215 751	215 751
Total do ativo corrente		628 594	1 097 497	1 097 497
Total do ATIVO		1 877 158	2 730 361	2 730 361
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	11	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Prestações suplementares e o/ instrumentos de capital próprio		13 299 043	10 347 368	10 347 368
Reservas legais		91 905	91 905	91 905
Outras reservas		660 930	660 930	660 930
Resultados transitados		(19 708 664)	(12 592 783)	(13 137 531)
Resultado líquido do período		(4 656 933)	(7 115 881)	(6 571 133)
Total do Capital Próprio		(9 313 719)	(7 608 461)	(7 608 461)
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	12	414 395	380 970	380 970
Financiamentos obtidos	13	4 048 078	2 425 830	2 425 830
Fornecedores	14	1 650	1 650	1 650
Total do passivo não corrente		4 464 123	2 808 450	2 808 450
Passivo corrente				
Provisões	12	18 976	373 033	373 033
Fornecedores	14	3 104 666	2 834 918	2 834 918
Estado e outros entes públicos	9	709 479	610 223	610 223
Financiamentos obtidos	13	405 758	497 310	497 310
Outras contas a pagar	15	1 699 701	1 582 664	1 582 664
Diferimentos	16	788 175	1 632 224	1 632 224
Total do passivo corrente		6 726 754	7 530 372	7 530 372
Total do passivo		11 190 877	10 338 822	10 338 822
Total CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		1 877 158	2 730 361	2 730 361

O Diretor Financeiro



O Conselho de Administração



2. Demonstração de Resultados Por Natureza

TACV - TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE, S.A.
4, Av. Amílcar Cabral, Praia, Cabo Verde
NIF: 200121103

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Valores Expressos em 000 CVE

DESCRIÇÃO	Notas	Exercício		
		2020	2019 Reexpresso	2019 Apresentado
Vendas e Prestação de serviços	17	1 902 985	6 104 244	6 104 244
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas		(770)	(2 050)	(2 050)
Resultado operacional bruto		1 902 215	6 102 193	6 102 193
Fornecimentos e serviços externos	18	(6 234 758)	(10 919 438)	(10 919 438)
Valor acrescentado bruto		(4 332 543)	(4 817 245)	(4 817 245)
Gastos com o pessoal	19	(835 972)	(1 395 136)	(1 395 136)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	5, 8	7 225	(23 220)	(23 220)
Provisões (aumentos/reduções)	12	311 863	(599 668)	(54 920)
Outros rendimentos e ganhos	20	123 744	146 158	146 158
Outros gastos e perdas	21	(28 378)	(112 316)	(112 316)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ ganhos de fin.to, impostos		(4 754 062)	(6 801 428)	(6 256 680)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	22	(37 567)	(66 487)	(66 487)
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis	3	11 825	12 436	12 436
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		(4 779 804)	(6 855 479)	(6 310 731)
Juros e ganhos similares obtidos	23	435 772	3 469	3 469
Juros e perdas similares suportados	24	(312 901)	(263 870)	(263 870)
Resultado antes de Impostos		(4 656 933)	(7 115 881)	(6 571 133)
Imposto sobre o rendimento do período	25	-	-	-
Resultado líquido do período		(4 656 933)	(7 115 881)	(6 571 133)
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		(4 656 933)	(7 115 881)	(6 571 133)
Resultado por acção básico (Escudo)	28	(4 657)	(7 116)	(6 571)

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

3. Demonstração de Alterações no Capital Próprio

TACV - TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE, S.A.
4, Av. Amílcar Cabral, Praia, Cabo Verde
NIF: 200121103

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital						Total	
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados Transmigrados	Resultado líquido do período		
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	1 000 000	9 158 623	91 905	660 930	(17 882 227)	(6 711 790)	(13 682 559)	
ALTERAÇÕES REF. RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO									
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(7 115 881)	(7 115 881)	
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	-	(7 115 881)	(7 115 881)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Outras operações com detentores de capital		-	1 188 744	-	-	-	-	1 188 744	
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	12 001 234	-	12 001 234	
	3	-	1 188 744	-	-	12 001 234	-	13 189 978	
OUTRAS OPERAÇÕES									
Aplicação de resultados do exercício anterior		-	-	-	-	(6 711 790)	6 711 790	-	
	4	-	-	-	-	(6 711 790)	6 711 790	-	
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2019 REEXPRESSO	1+2+3+4	11	1 000 000	10 347 368	91 905	660 930	(12 592 783)	(7 115 881)	(7 608 461)
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1		1 000 000	10 347 368	91 905	660 930	(12 592 783)	(7 115 881)	(7 608 461)
ALTERAÇÕES REF. RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO									
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(4 656 933)	(4 656 933)	
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	-	(4 656 933)	(4 656 933)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Outras operações com detentores de capital		-	2 951 675	-	-	-	-	2 951 675	
	3	-	2 951 675	-	-	-	-	2 951 675	
OUTRAS OPERAÇÕES									
Aplicação de resultados do exercício anterior		-	-	-	-	(7 115 881)	7 115 881	-	
	4	-	-	-	-	(7 115 881)	7 115 881	-	
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2020	1+2+3+4	11	1 000 000	13 299 043	91 905	660 930	(19 708 664)	(4 656 933)	(9 313 719)

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração

4. Demonstração de Fluxos de Caixa

TACV - TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE, S.A.

4, Av. Amílcar Cabral, Praia, Cabo Verde

NIF: 200121103

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		Método Indireto	Valores expressos em 000 CVE	
DESCRIÇÃO	Notas	2020	2019 Reexpresso	2019 Apresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício		(4 656 933)	(7 115 881)	(6 571 133)
Ajustamentos:				
Depreciações e amortizações		37 567	66 487	66 487
Imparidades (perdas/reversões)		(19 050)	10 785	10 785
Provisões (aumentos/reduções)		(311 863)	599 668	54 920
Juros e rendimentos similares obtidos		(61 667)	(3 469)	(3 469)
Juros e gastos similares suportados		311 094	263 870	263 870
Alienação de activos fixos tangíveis (ganhos/perdas)		177	(52 933)	(52 933)
Outros gastos e rendimentos		(88 211)	(2 578)	(2 578)
Inventários (aumentos/diminuições)		770	1 755	1 755
Contas a receber (aumentos/diminuições)		724 647	(814 872)	(814 872)
Contas a pagar (aumentos/diminuições)		2 685 079	1 684 672	1 684 672
Gastos diferidos (aumentos/diminuições)		(19 194)	(19 877)	(19 877)
Rendimentos diferidos (aumentos/diminuições)		(844 049)	1 001 590	1 001 590
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(2 241 634)	(4 380 782)	(4 380 782)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		(1 317)	(16 853)	(16 853)
Ativos intangíveis		(2 525)	(406)	(406)
Investimentos financeiros		(70 124)	(935 631)	(935 631)
Recebimentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		606	57 097	57 097
Investimentos financeiros		23 344	1 140 767	1 140 767
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(50 016)	244 973	244 973
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Cobertura de prejuízos		-	2 097 192	2 097 192
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	1 188 744	1 188 744
Financiamentos obtidos		2 208 198	3 491 753	3 491 753
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	(1 071 776)	(1 071 776)
Juros e gastos similares		(94 852)	(261 291)	(261 291)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		2 113 347	5 444 623	5 444 623
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(178 303)	1 308 814	1 308 814
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	215 751	(1 093 062)	(1 093 062)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	37 449	215 751	215 751

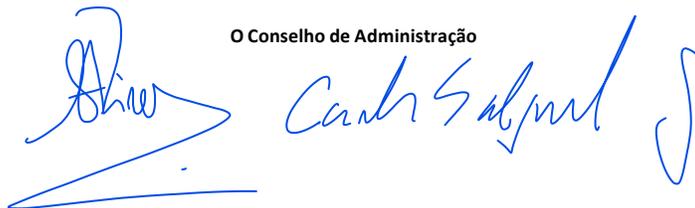
Observação:

O perdão pela Loftleidir Icelandic dos saldos em dívida referentes às rendas do contrato de locação operacional dos dois aviões, aos financiamentos obtidos e aos serviços de consultoria, no montante total de mESC 2 881 675, e os pagamentos por conta da Empresa efetuados pelo acionista Estado de Cabo Verde, no montante de mESC 70 000, não são factos geradores de fluxos de caixa.

O Diretor Financeiro



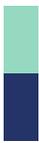
O Conselho de Administração





NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020



EMPRESA DE TRANSPORTES AÉREOS DE CABO VERDE, S.A. - TACV, S.A.
4, Av. Amílcar Cabral, Praia, Cabo Verde
NIF: 200121103

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

Introdução

A Empresa de Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A. - TACV, S.A. (adiante designada por TACV ou Empresa), resulta da transformação da Empresa Pública dos Transportes Aéreos de Cabo Verde - TACV, E.P., criada pelo Decreto-Lei nº 131/81, de 21 de novembro, em Empresa anónima de responsabilidade limitada, nos termos do Decreto-Lei nº 21/2000, de 15 de maio, diploma que igualmente estabeleceu os seus anteriores Estatutos. Na sequência da privatização ocorrida em março de 2019, foram publicados os novos Estatutos da Empresa. O capital estatutário da Empresa, até 31 de dezembro de 2020, detido pela Loftleidir Cabo Verde em 51% e pelo Estado de Cabo Verde em 39,38%, passa a ser detido pelo Estado de Cabo Verde em 90,38%, ao abrigo do Decreto-lei nº50/2021, de 6 de julho, que aprova a reversão e transmissão para o Estado de Cabo Verde de 51% das ações representativas do capital social da Empresa, adquiridas pela Loftleidir Cabo Verde no quadro de privatização dos TACV.

O objeto principal da TACV consiste na exploração de serviços de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, bem como na prestação de serviços e na realização de operações comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta e indiretamente com a referida exploração e, ainda, no exercício de outras atividades conexas ou complementares do seu objeto principal. A Empresa é signatária de um acordo multilateral com a IATA - International Air Transport Association.

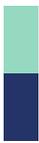
A frota da Empresa inclui atualmente apenas uma aeronave Boeing B737-700, em regime de locação operacional.

0. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

Com o intuito de complementar a informação prestada, as demonstrações financeiras apresentam os valores comparativos do exercício anterior. Contudo, a análise comparativa dos valores deverá ser efetuada tendo em consideração o facto de a Empresa ter suspenso a sua atividade operacional desde 19 de março de 2020, na sequência da pandemia da covid 19.

No âmbito do Protocolo celebrado em setembro de 2019, o Estado de Cabo Verde assumiu as responsabilidades da Empresa resultantes de programas de pré-reforma acordados com trabalhadores, no montante de mESC 808 665, sendo (i) mESC 450 794 referentes às responsabilidades associadas a acordos assinados em 2019, (ii) mESC 263 917 correspondentes ao valor descontado, à data do Protocolo, das responsabilidades associadas a acordos assinados em anos anteriores e (iii) os restantes mESC 93 954 relativos ao excedente do valor nominal face ao valor descontado das responsabilidades respeitantes aos acordos de anos anteriores. Em 2019, conforme referido nas Notas 12 (d) e 13, apenas os mESC 263 917, originalmente registados no Passivo (Provisões para riscos e encargos), foram



regularizados por crédito de Capital próprio (Resultados transitados, a título de cobertura de prejuízos transitados). Em função deste facto, a Empresa reexpressou os comparativos de 2019, como segue:

	mESC		Diferença
	2019 Reexpresso	2019 Apresentado	
Balço			
Capital Próprio:			
Resultados Transitados (Nota 11 (d))	(12 592 783)	(13 137 531)	544 748
Demonstração dos resultados por naturezas			
Provisões (aumentos/reduções) (ver Nota 12)	(599 668)	(54 920)	(544 748)

Conforme referido nas notas 1.17 (iv) e 11, a Empresa apresenta fundo de maneio e capital próprio negativos. Apesar disto, apresentou as suas demonstrações financeiras com base no princípio da continuidade por se considerar que o acionista Estado de Cabo Verde continuará a apoiar a Empresa a solver os seus compromissos, apoio expresso formalmente através da carta de conforto datado de 23 de junho de 2022.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração para divulgação em 30 de dezembro de 2022.

A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

1. Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1. Ativos fixos tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis encontram-se expressos pelo respetivo custo de aquisição, o qual inclui o preço da fatura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respetivas depreciações acumuladas e, caso houver, de perdas por imparidade (ver Notas 1.4 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes. As taxas anuais aplicadas aos bens de maior significado são as seguintes:



Edifícios e outras construções	2% a 4%
Equipamento básico (de voo):	
Motores de reserva e sobressalentes	8,33%
Equipamento de transporte	12.5% a 20%
Equipamento administrativo	8,33% a 25%
Outros ativos fixos tangíveis	10% a 20%

Os terrenos e o ativo fixo tangível em curso não são objeto de depreciação.

1.2. Ativo fixo tangível em regime de locação

Os ativos fixos tangíveis adquiridos em regime de locação operacional - parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador - e respetivas responsabilidades não são registados no balanço. Os pagamentos efetuados são registados na demonstração dos resultados em função da utilização do ativo durante o período da locação.

Havendo, os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades perante o fornecedor, são registados no balanço. A componente de renda anual respeitante à amortização do capital é deduzida ao valor da dívida originalmente registada e a parcela respeitante a juros é imputada à demonstração dos resultados. A depreciação do ativo, calculada conforme descrito em 1.1 acima, é igualmente registada como custos na demonstração dos resultados do período a que respeita.

1.3. Ativos fixos intangíveis e amortizações

Dizem respeito à certificação de qualidade para voos para os EUA (ETOPS) e programas de computador. São amortizados pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, ao longo de um período de dez anos.

1.4. Imparidade de ativos

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para a realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível, no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.5. Inventários e ajustamentos

A Empresa adota o sistema de inventário intermitente.

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido das despesas adicionais de compra, sendo o custeio dos consumos determinado segundo o método do custo médio ponderado.



Perdas de valor em inventários são calculadas com base em critérios de avaliação técnico-comercial.

1.6. Contas a receber de Clientes e Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal (histórico) ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de qualquer perda por imparidade (ver Notas 5 e 8).

Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

1.7. Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respectivos custos de transação, quando incorridos, os quais são considerados como uma parcela dos juros suportados em cada período. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de Resultados financeiros da demonstração de resultados, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, conforme política definida na Nota 1.17.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.8. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros investimentos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários apresentados no balanço na rubrica de Financiamentos obtidos.

1.9. Benefícios aos empregados e benefícios pós-emprego

De acordo com a legislação cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, direito este adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras contas a pagar (ver Nota 15).

Os trabalhadores da Empresa encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

No âmbito da reestruturação da Empresa, (i) foi negociado o termo do vínculo contratual com 68 trabalhadores, mediante o pagamento das correspondentes indemnizações, (ii) foram identificados 66 trabalhadores com quem a desvinculação será involuntária e (iii) foi estabelecido um programa de pré-reforma por mútuo acordo com 65 trabalhadores. Essas responsabilidades foram objeto de provisão.



Em setembro de 2019, a gestão do Programa de pré-reforma por mútuo acordo e do Plano de reforma antecipada, abrangendo um total de 90 colaboradores, foi transferida para o INPS, na sequência do protocolo assinado entre as partes (ver Notas 11 (d) e 12).

1.10. Pensões de reforma antecipada

A Empresa assumiu a responsabilidade com os encargos resultantes da reforma antecipada acordada com 22 trabalhadores em 2015 e 9 trabalhadores em 2016. A gestão do referido plano foi transferida para o INPS, conforme referido acima (ver Notas 11 (d) e 12).

1.11. Conversão cambial – transações e saldos

As transações expressas em moeda estrangeira são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio oficial da data em que ocorrem, ou ao câmbio IATA (*International Air Transport Association*), tratando-se de transações com entidades membros da Câmara de Compensação.

No final de cada exercício, os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira são atualizados para Escudos pela aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do balanço por referência às paridades vigentes nesta data, integram a demonstração dos resultados, nas rubricas de Juros e ganhos similares obtidos e Juros e perdas similares suportados, se relacionadas com financiamentos obtidos e concedidos ou nas rubricas de Outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas, se referentes a ativos financeiros.

1.12. Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicada uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2017 a 2020 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em



que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.13. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que a Empresa identifica uma obrigação presente (legal ou construtiva) que resulta de acontecimentos passados e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação.

1.14. Reconhecimento do rédito de exploração aérea e respetivas comissões

O produto das vendas decorrentes do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como um passivo na rubrica Diferimentos - “Documentos pendentes de voo” (ver Nota 16). Quando o transporte é efetivamente realizado ou a venda cancelada, o montante da venda é transferido para proveitos do exercício ou contas a pagar, consoante o transporte tenha sido efetuado (a) pela Empresa ou a venda cancelada sem direito a reembolso ou (b) por outra transportadora aérea ou a venda cancelada com direito a reembolso, respetivamente. Os bilhetes emitidos por outras transportadoras aéreas, se utilizados nos voos da Empresa, são reconhecidos como proveitos no momento da sua utilização.

As comissões concedidas aos agentes pela venda de bilhetes integram a demonstração de resultados do exercício em que são atribuídas, independentemente do momento em que o transporte é efetuado.

1.15. Classificação como corrente e não corrente

Os ativos e passivos são classificados como correntes e não correntes tendo em conta o ciclo de exploração da Empresa. Com base neste critério poderão ser incluídos no Ativo Corrente montantes cuja realização não se espera que ocorra nos próximos 12 meses, nomeadamente no caso de Inventários. Sempre que isto se verifica é divulgado o valor em relação ao qual a expectativa de regularização é superior a 12 meses.

1.16. Gestão de riscos financeiros

(i) Risco cambial

A exposição cambial da Empresa é resultado, a nível da receita, da dispersão geográfica das suas vendas de bilhetes e carga em mercados europeus fora da zona euro, no Brasil e nos Estados Unidos da América, representando estas vendas cerca de 36,24% do total. A nível de custos, regista-se uma exposição significativa ao dólar, em termos de aquisição de combustíveis e bens, do leasing operacional dos aviões, incluindo a manutenção, as reparações e revisões gerais dos aviões e seus componentes rotáveis e do financiamento obtido denominado em dólares.



(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Empresa sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não são contratados instrumentos de fixação das taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa reside na possibilidade de incumprimento por parte de determinados clientes, designadamente entidades privadas e do sector público que beneficiam de vendas a crédito. Relativamente às agências de viagens nacionais e outros agentes de venda que não são membros da IATA (*International Air Transport Association*), o risco é mitigado pela existência de garantias bancárias e pela adoção do sistema de pré-pagamento. Os bilhetes vendidos através dos outros agentes de viagens e os bilhetes utilizados em voos da TACV são liquidados à Empresa através de um sistema de compensação específico da indústria, coordenado pela IATA, facto que reduz o risco de crédito. De realçar que dada a natureza das transações a nível da atividade de transporte aéreo, o montante de risco incorporado nos valores a receber de clientes é significativamente mitigado, existindo aliás um saldo significativo, de forma recorrente, relativo a adiantamentos de clientes referentes aos montantes pagos antes da concretização do voo.

(iv) Risco de liquidez

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos, pode ser apresentada da seguinte forma:

	mESC	
	2020	2019
Activo corrente	551 625	1 038 952
Passivo corrente	5 919 603	5 525 115
Fluxo de caixa das actividades operacionais	N/D	(2 241 634)
	<u>(5 367 978)</u>	<u>(6 727 797)</u>

N/D – Não disponível.

O ativo corrente encontra-se deduzido dos Inventários, destinados ao consumo (ver Nota 7), dos Adiantamentos a fornecedores e dos Diferimentos e o passivo corrente dos Diferimentos e das Provisões.

Não se encontra disponível (N/D) informação sobre os fluxos de caixa das atividades operacionais para 2021. Face, contudo, às constantes dificuldades de tesouraria que a Empresa apresenta ao longo dos anos, indicia que não superaram os mESC 5 367 978.

De realçar, entretanto, o Acordo de Cessão de Créditos e Assunção de Dívidas celebrado entre a TACV, a NewCo - Reclamação e Resolução de Créditos, Empresa Unipessoal, SA (entidade integralmente detida pelo Estado de Cabo Verde) e os Credores da TACV que o vierem a subscrever, no âmbito do qual se prevê a transferência de créditos detidos sobre a TACV num total de cerca de mESC 1 394 492 para a NewCo (ver Nota 32), dos quais mESC 976 266 já dispõem de acordos devidamente assinados à data do balanço. As necessidades de financiamento apresentadas em 2019 foram supridas em 2020 com



recurso, principalmente, (i) ao programa de *lay-off* temporário de colaboradores, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei nº83/2020, de 4 de abril, e suas sucessivas revisões (ver Nota 19), (ii) às moratórias ao cumprimento das obrigações decorrentes de contratos de financiamento ao abrigo do Decreto-Lei nº38/2020, de 31 de março, e suas sucessivas revisões (ver Nota 15), (iii) ao apoio dos acionistas (ver Nota 11), (iv) a empréstimos bancários destinados ao apoio de tesouraria no valor total de cerca de mESC 1 530 696, mediante a prestação pelos acionistas de garantias aos financiadores (ver Nota 13).

1.17. Especialização de exercícios

A Empresa observa, genericamente, o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas significativas das suas demonstrações financeiras.

1.18. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.

2. Fluxos de caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos Bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três 3 meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

3. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações resumem-se como segue:

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
Posição em 1 de Janeiro de 2019							
Valor de aquisição ou reavaliado	21 421	250 214	559 948	19 530	26 221	30 746	908 081
Depreciação acumulada	-	(211 301)	(378 259)	(11 362)	(17 181)	(14 427)	(632 531)
Imparidade acumulada	-	-	(123 559)	-	-	-	(123 559)
Valor líquido	21 421	38 912	58 130	8 168	9 040	16 319	151 991
VARIAÇÕES EM 2019							
Valor líquido inicial	21 421	38 912	58 130	8 168	9 040	16 319	151 991
Aquisições	-	-	-	7 129	5 297	4 427	16 853
Alienações - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(318 310)	-	-	-	(318 310)
Alienações - depreciação acumulada	-	-	266 352	-	-	-	266 352
Anulações - valor de aquisição ou reavaliado	(21 421)	(250 214)	-	-	-	-	(271 635)
Anulações - depreciação acumulada	-	212 308	-	-	-	-	212 308
Depreciação do exercício (Nota 22)	-	(1 006)	(39 188)	(2 848)	(3 369)	(10 079)	(56 491)
Imparidades do período	-	-	60 230	-	-	-	60 230
Valor líquido	-	-	27 214	12 449	10 969	10 667	61 298
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	-	241 639	26 660	31 519	35 173	334 990
Depreciação acumulada	-	-	(151 096)	(14 210)	(20 550)	(24 506)	(210 361)
Imparidade acumulada	-	-	(63 329)	-	-	-	(63 329)
Valor líquido	-	-	27 214	12 449	10 969	10 667	61 298
VARIAÇÕES EM 2020							
Valor líquido inicial	-	-	27 214	12 449	10 969	10 667	61 298
Aquisições	-	-	-	-	-	1 317	1 317
Alienações - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	(5 545)	-	-	(5 545)
Alienações - depreciação acumulada	-	-	-	4 761	-	-	4 761
Depreciação do exercício (Nota 22)	-	-	(18 187)	(2 568)	(6 389)	(4 528)	(31 671)
Imparidades do período	-	-	11 825	-	-	-	11 825
Valor líquido	-	-	20 851	9 098	4 580	7 456	41 985
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020							
Valor de aquisição ou reavaliado	-	-	241 639	21 115	31 519	36 490	330 761
Depreciação acumulada	-	-	(169 283)	(12 017)	(26 939)	(29 034)	(237 272)
Imparidade acumulada	-	-	(51 505)	-	-	-	(51 505)
Valor líquido	-	-	20 851	9 098	4 580	7 456	41 985

Em 2020, as alienações em Equipamento de Transporte referem-se à venda de duas viaturas, tendo sido obtido uma menos-valia no valor de mESC 177 (ver Nota 21).

Em 2019, as alienações em Equipamento básico referem-se à venda dos sobressalentes rotáveis dos aviões ATR, tendo sido obtido uma mais-valia no valor de mESC 52 933 (ver Nota 20).

Em 2020, as adições em Equipamento de Transporte compreendiam a aquisição de duas viaturas.

As anulações em Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras construções, em 2019, referiam-se à transferência dos referidos imóveis para o domínio privado do Estado, no âmbito do processo de privatização parcial da Empresa ocorrida em 2019, conforme previsto no Decreto-lei nº 81/2020, de 18 de novembro. O valor líquido dos bens transferidos, no montante de mESC 59 327, foi registado a débito de Resultados transitados (ver Nota 11 (d)).

A rubrica de equipamento básico inclui os sobressalentes rotáveis dos aviões Boeing.



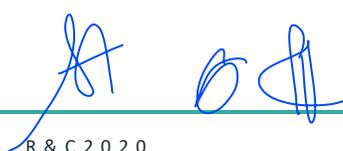

As perdas por imparidades acumuladas foram, em 2020, revertidas em mESC 11 825 (2019: mESC 12 436). Em 2019, haviam ainda sido utilizadas em mESC 47 794. O saldo em 31 de dezembro de 2020 destina-se a fazer face aos sobressalentes rotáveis do Boeing 737 (mESC 33 963) e do Boeing 757 (mESC 17 542), devolvidos aos locadores em anos anteriores, dado já não ser expetável a sua utilização em aviões idênticos atualmente ao serviço da Empresa.

O saldo líquido remanescente de mESC 20 851, não ajustado por imparidade, refere-se ao valor estimado de realização, por venda ou uso, dos sobressalentes rotáveis do Boeing (mESC 17 542) e diversos outros rotáveis (mESC 3 309).

4. Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis e respetivas amortizações resumem-se como segue (em mESC):

	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2019			
Valor de aquisição ou reavaliado	121 634	43 850	165 484
Amortizações acumuladas	(108 607)	(41 788)	(150 395)
Valor escriturado	13 027	2 062	15 089
VARIAÇÕES EM 2019			
Valor líquido inicial	13 027	2 062	15 089
Aquisições	406	-	406
Amortizações do exercício (Nota 22)	(9 785)	-	(9 785)
Valor líquido	3 647	2 062	5 709
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019			
Valor de aquisição ou reavaliado	122 040	43 850	165 890
Amortizações acumuladas	(118 392)	(41 788)	(160 180)
Valor escriturado	3 647	2 062	5 709
VARIAÇÕES EM 2020			
Valor líquido inicial	3 647	2 062	5 709
Aquisições	2 525	-	2 525
Amortizações do exercício (Nota 22)	(5 895)	-	(5 895)
Valor líquido	277	2 062	2 339
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020			
Valor de aquisição ou reavaliado	124 565	43 850	168.415
Amortizações acumuladas	(124 288)	(41 788)	(166 076)
Valor escriturado	277	2 062	2 339

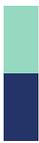
5. Outras contas a receber

		mESC	
		2020	2019
Outros devedores			
Corrente			
Retenção/descontos de impostos no exterior	(i)	77 064	77 064
Agências BSP - vendas a dinheiro	(ii)	64 073	267 132
Halcyonair	(iii)	40 423	40 423
Euroatlantic Airways		27 965	27 965
Clínica Odonto Estomatológica		11 275	11 275
Vendas internet - Wirecard	(iv)	3 220	282 412
Outros		111 330	104 661
		<u>335 351</u>	<u>810 934</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(v)	<u>(308 055)</u>	<u>(298 359)</u>
	(A)	<u>27 295</u>	<u>512 575</u>
Fornecedores - corrente			
Everjets Aviação Executiva, SA		54 517	54 517
Aviatrade		6 622	6 622
Outros		350 020	253 784
		<u>411 160</u>	<u>314 923</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(v)	<u>(61 140)</u>	<u>(61 140)</u>
	(B)	<u>350 020</u>	<u>253 784</u>
Fornecedores conta caução			
Não Corrente	(C) (vi)	<u>244 384</u>	<u>582 657</u>
Saldo total de Outras contas a receber			
Corrente	(A) + (B)	<u>377 315</u>	<u>766 359</u>
Não corrente	(C)	<u>244 384</u>	<u>582 657</u>

(i) Retenção/descontos de impostos no exterior

O saldo desta rubrica resulta da retenção na fonte das operações normais da Empresa a receber das Administrações Fiscais da França, Holanda, Portugal e Itália, líquido de encontros de contas efetuados entre as partes com outros impostos devidos àquelas entidades. Encontra-se em curso a análise da razoabilidade deste saldo. Por prudência, a totalidade do saldo foi objeto de ajustamento por imparidade em 2018.





(ii) Agências BSP

O BSP é um sistema financeiro da IATA, estabelecido para simplificar os procedimentos de venda, reporte e pagamento pelas agências de viagens credenciadas pela IATA em diversos países. Em 2019, o saldo representava, essencialmente, as vendas efetuadas em finais de 2019 e recebidas em janeiro de 2020. Entre outros efeitos da interrupção das operações, destaca-se a suspensão dos sistemas financeiros do BSP em abril de 2020, devido à perda da capacidade da Empresa para se manter em conformidade com os regulamentos da participação. Encontra-se em curso a análise da razoabilidade deste saldo. Por prudência, 95% do saldo, correspondente a mESC 60 967, encontra-se ajustado por imparidade, dos quais mESC 9 696 em 2020.

(iii) Halcyonair

O saldo desta rubrica resulta de serviços prestados pela Empresa à Halcyonair para transporte de passageiros. A dívida está no gabinete jurídico para efeitos de cobrança, pelo que a totalidade do saldo foi ajustado por imparidade.

(iv) Vendas internet - Wirecard

O saldo da rubrica resulta das vendas online a crédito, feitas através das redes wirecard, com referência à data do balanço. A diminuição significativa do saldo em 2020 resulta da suspensão das operações da Empresa desde março de 2020.

(v) Perdas por imparidade acumuladas

A Empresa adota o critério de reconhecer em imparidade 100% dos saldos a receber de devedores vencidos há mais de 12 meses e procede à análise casuística de alguns saldos, tendo em conta a sua natureza. As Perdas por imparidade acumuladas foram, em 2020 e 2019, reforçadas em mESC 9 696 e mESC 53 024, respetivamente.

(vi) Fornecedores conta caução

Compreende, essencialmente, cauções prestadas à (i) Wirecard referente as vendas online a crédito, no montante de mESC 163 744 (2019: mESC 299 700), (ii) Loftleidir referente ao aluguer de aeronaves, no montante de mESC 26 934 (2019: mESC 141 168), (iii) ARC para fazer face a eventuais incumprimentos da Empresa perante esta entidade no montante de mESC 41 301 (2019: mESC 41 301) e (iv) fornecedores diversos mESC 12 405 (2019: mESC 43 113). Em 2019, compreendia ainda a caução prestada à IATA, no montante de mESC 52 101, para fazer face a eventuais incumprimentos da Empresa perante esta entidade. Em março de 2020, entre outros efeitos da interrupção das operações, a Empresa foi suspensa da câmara de compensação da IATA devido à perda de capacidade da Empresa para se manter em conformidade com os regulamentos da participação, tendo sido o montante da caução utilizado para fazer face à dívidas dos TACV para com terceiros.

6. Outros ativos financeiros

O saldo desta rubrica corresponde aos seguintes depósitos a prazo que se encontram cativos:

	mESC	
	2020	2019
Não corrente		
◦ International Investment Bank	927 880	927 880
◦ Millenium BCP	31 977	55 321
	<u>959 857</u>	<u>983 200</u>
Corrente		
◦ Ecobank Nigéria	70 124	-
	<u>1 029 981</u>	<u>983 200</u>

O depósito cativo no International Investment Bank (IIB) destina-se a garantir o financiamento de mESC 1 237 173 (ver Nota 13).

Os depósitos cativos no Millennium BCP são a favor de fornecimentos diversos.

O depósito cativo no Ecobank Nigéria destina-se a garantir o empréstimo de curto prazo de mESC 66 159 (ver Nota 13).

Vencem juros a taxa anual que varia entre 0,01% e 0,5%.

7. Inventários

	mESC	
	2020	2019
Material de Consumo para aviões		
Boeing	172 199	177 886
Diversos	22 973	22 973
	<u>195 172</u>	<u>200 859</u>
Material de catering	22 648	22 648
Material de consumo de economato	11 507	11 507
Outros	1 770	1 770
	<u>35 925</u>	<u>35 925</u>
	231 097	236 784
Perdas por imparidade acumuladas	<u>(207 939)</u>	<u>(212 857)</u>
	<u>23 157</u>	<u>23 927</u>

As perdas por imparidade em inventários foram, em 2020, utilizadas em mESC 4 918 (2019: mESC 8 909) relativamente aos materiais de consumo dos Boeings. Em 2019, haviam sido ainda utilizadas em mESC 220 613 relativamente aos materiais afetos aos ATRs por terem sido considerados sem qualquer valor de realização ou aplicação.

A parcela não ajustada (mESC 23 157) refere-se, essencialmente, a materiais de consumo de Boeings, cuja utilização é expectável.

8. Clientes

		mESC	
		2020	2019
Clientes conta corrente			
Cabo Verde Time	(i)	80 127	80 127
Guarda Costeira		37 990	28 661
Alfa Comunicações Lda	(i)	36 738	36 738
RTC - Rádio Televisão de Cabo Verde	(i)	18 057	18 057
Lan Chile Cargo		10 944	-
Orbitur-Viagens e Turismo	(i)	10 439	10 832
Barracada Tours		8 988	9 440
Multiviagens LTDA-PR		5 180	5 811
Correios de Cabo Verde	(i)	3 324	3 324
Dhl International Cape Verde	(i)	2 576	2 576
Outros, inferiores a mESC 10 000		78 903	109 843
		<u>293 265</u>	<u>305 409</u>
Perdas por imparidade acumuladas		<u>(267 505)</u>	<u>(284 426)</u>
		<u>25 760</u>	<u>20 982</u>

A Empresa adota o critério de reconhecer em imparidade 100% dos saldos de clientes vencidos há mais de 12 meses, identificados em (i) acima, excetuando casos específicos de clientes que também apresentam saldos credores de montante superior ao devedor, e procede à análise casuística de alguns saldos, tendo em conta a sua natureza. As Perdas por imparidade acumuladas em saldos de clientes foram, em 2020, anuladas em mESC 16 921 (2019: mESC 29 804).

9. Estado e outros entes públicos

		mESC	
		2020	2019
Saldos devedores			
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado		<u>40 977</u>	<u>35 860</u>
Saldos credores			
IRPS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		254 747	69 649
INPS - Previdência Social		434 253	476 388
Outros		<u>20 480</u>	<u>64 187</u>
		<u>709 479</u>	<u>610 223</u>

As dívidas relativas ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS) e às contribuições para a previdência social com referência a 31 de janeiro de 2018, ascendendo a mESC 734 940 e mESC

660 623, respetivamente, foram transferidas para a NewCo, em 2019, com a formalização e publicação da Ordem de Transferência nº1 (ver Nota 11 (d)). As mesmas dívidas posteriores a 1 de fevereiro de 2018 e até 28 de fevereiro de 2019, estimadas em mESC 198 647, deverão ser, igualmente, transferidas para a NewCo com a assinatura da segunda ordem de transferência (ver Nota 32).

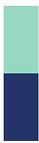
10. Caixa e depósitos bancários

	mESC	
	2020	2019
Caixa	-	609
Depósitos à ordem		
Bancos nacionais:		
◦ Ecobank	2 126	4 569
◦ International Investment Bank	1 240	259
◦ Caixa Económica de Cabo Verde	349	17 227
◦ Banco Comercial do Atlântico	371	8 715
◦ Banco Caboverdiano de Negócios	238	9 999
◦ Outros bancos nacionais	14	597
	<u>4 338</u>	<u>41 365</u>
Bancos estrangeiros		
◦ Ecobank Nigeria	18.650	36 311
◦ Banco Popular Espanhol	2 702	2 709
◦ Millenium BCP	2 685	2 737
◦ S.G.B.S	1 735	11 093
◦ ABN	615	3 085
◦ Banco da Africa Ocidental	601	871
◦ Fleet Bank/Citizen Bank	341	9 056
◦ ITAU	8	7 253
◦ BNP	-	35 380
◦ Outros	605	6 617
	<u>27 943</u>	<u>115 113</u>
Depósitos a prazo		
Caixa Económica de Cabo Verde	5 000	50 011
Millenium BCP	167	8 652
	<u>5 167</u>	<u>58 664</u>
Total Caixa e depósitos bancários	<u>37 449</u>	<u>215 751</u>

11. Capital próprio

Os movimentos registados em 2020 e em 2019 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.





(a) Capital realizado

O capital da Empresa em 31 de dezembro de 2020 e 2019 ascende a mESC 1 000 000, integralmente realizado e detido pela Loftleidir Cabo Verde (51%), pelo Estado de Cabo Verde (39,38%) e por empregados outros acionistas (9,61%).

(b) Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio

O aumento do saldo em 2020 de mESC 2 951 675, resulta (i) do *Debt Restructuring Agreement* celebrado com a Loftleidir Icelandic, no âmbito do qual foi negociado o perdão de 90% dos saldos em dívida referentes às rendas do contrato de locação operacional dos dois aviões Boeing (mESC 2 189 091) (ver Nota 14), aos financiamentos obtidos (mESC 677 502) e aos serviços de consultoria (mESC 15 082) e (ii) de pagamentos por conta da TACV efetuados pelo acionista Estado de Cabo Verde, no montante de mESC 70 000, que, admite-se, venha a ser convertido em Instrumentos de capital. O saldo compreende ainda operações com o acionista Estado de Cabo Verde, sendo (a) mESC 1 145 369 de empréstimos concedidos em anos anteriores, (b) mESC 1 518 509 resultantes da assunção de dívidas da TACV para com a Empresa de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA), no âmbito do protocolo de encontro de contas sectorial assinado em 2015 com o Estado, ASA e a Agência de Aviação Cível (AAC), (c) mESC 44 106, mESC 1 332 845, mESC 1 174 755 e mESC 3 943 039 referentes a pagamentos por conta da TACV efetuados em 2015, 2016, 2017 e 2018, respetivamente, e (d) mESC 1 188 744 de prestações acessórias de capital recebidas em 2019 dos acionistas Loftleidir Cabo Verde e Estado de Cabo Verde, na proporção das respetivas participações sociais. Com a transmissão das ações da Loftleidir Cabo Verde para o Estado de Cabo Verde, aprovado pelo Decreto-Lei nº50/2021, de 6 de julho, as prestações acessórias concedidas pela Loftleidir passam para o Estado de Cabo Verde, enquanto acionista da Empresa. O acionista Estado aprovou, em Assembleias Gerais, a conversão dos valores acima referidos resultantes das operações com a Empresa em capital social, cuja escritura ainda não foi realizada, razão pela qual se encontram registados em Outros instrumentos de capital próprio.

(c) Reservas

A Reserva legal é constituída através da afetação de 5% dos lucros líquidos, até totalizar pelo menos 20% do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para (i) cobrir a parte do prejuízo apurado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas, (ii) cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) incorporação no capital estatutário.

O saldo da rubrica de Outras Reservas, sem movimentos nos últimos anos, inclui o seguinte:

		<u>mESC</u>
Reserva Geral	(i)	25 129
Reserva para fins sociais	(ii)	24 883
Reserva para Investimento	(iii)	242 760
Outras Reservas	(iv)	<u>368 158</u>
		<u>660 930</u>

- (i) A reserva geral é constituída pela parcela dos resultados líquidos positivos de cada exercício, na percentagem mínima de 10%, que lhe for atribuída. Pode ter a mesma utilização que a reserva legal acima descrita.
- (ii) A Reserva para fins sociais, constituída enquanto empresa pública, destina-se exclusivamente à prestação de benefícios sociais de utilização coletiva ou de serviços coletivos aos trabalhadores. A dotação anual que lhe era destinada não poderia exceder 5% dos resultados líquidos do exercício respetivo.
- (iii) Constituem a Reserva para investimento (i) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada, e (ii) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Empresa seja beneficiária. Se reinvestidas nos 3 anos seguintes ao da sua constituição, em instalações ou equipamentos novos, de interesse para o fomento da economia nacional, poderão ser deduzidos dos lucros tributáveis, mediante despacho favorável do Ministério das Finanças.
- (iv) As Outras reservas compreendem as transferências das reservas de reavaliação resultantes da reavaliação de ativos fixos tangíveis efetuadas em anos anteriores, em virtude de o valor escriturado destes ativos ter sido assumido como custo considerado na data de transição (ver Nota 1.1). Assim, estas reservas serão utilizadas exclusivamente em aumentos de capital ou cobertura de prejuízos que tenham sido acumulados até 31 de dezembro do ano anterior ao da sua constituição, nos termos do Decreto nº 1/84.
- (d) Resultados transitados

Em 2020, o movimento de mESC 7 115 881 ocorrido em Resultados transitados corresponde à aplicação do resultado líquido reexpresso do exercício de 2019.

Em 2019, os movimentos ocorridos em Resultados transitados resumem-se como segue:

	<u>mESC</u>
Resultados transitados em 31 de dezembro de 2018	(17 882 227)
Crédito	
Cobertura de prejuízos pelo accionista Estado:	
Transferência de Dívida para a NewCo	(i) 10 385 962
Suporte financeiro do acionista Estado de Cabo Verde	(ii) 1 797 549
Assunção pelo Estado da responsabilidade com os programas de reforma antecipada, cuja gestão foi transferida para o INPS (ver Nota 12)	808 665
Transferência da Newco respeitantes a responsabilidades assumidas pelo Estado no âmbito da privatização	165 205
Outros, líquido	14 535
Débito	
Depósitos a prazo apropriados pelo Estado	(iii) (1 087 475)
Ativos fixos tangíveis transferidos para o domínio do Estado (ver Nota 3)	(59 327)
Propriedades de investimento transferidos para o domínio do Estado	(iv) (23 880)
	12 001 234
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2018	<u>(6 711 790)</u>
Resultados transitados em 31 de dezembro de 2019 (reexpresso)	<u>(12 592 783)</u>





(i) Transferência de dívida para a Newco

A primeira etapa do processo de resolução da dívida ficou concluída com a formalização e publicação da Ordem de Transferência nº1 e com a assinatura do acordo de perdão de dívida entre a NewCo e a TACV, o qual determina que aquele valor se destina à cobertura de prejuízos acumulados. O valor de mESC 10 385 962 compreende (i) mESC 7 353 365 de empréstimos bancários e empréstimos obrigacionistas (ver Nota 13), (ii) mESC 1 395 564 de dívida fiscal e dívida de contribuições à segurança social (ver Nota 9) e (iii) mESC 1 637 033 de crédito comercial (ver Nota 14 e 15).

(ii) Suporte financeiro do acionista Estado de Cabo Verde

O saldo compreende o suporte financeiro direto do Estado à Empresa para a conclusão da (i) segunda fase do projeto de redimensionamento do efetivo e (ii) mobilização do staff operacional para a ilha do Sal.

Conforme evidenciado no Balanço, a Empresa apresenta um Capital próprio negativo no valor de mESC 9 313 719 em 31 de dezembro de 2020. Refira-se, contudo, que a segunda fase, em curso, do processo de resolução da dívida da Empresa, no âmbito do Acordo de Cessão de Créditos e Assunção de Dívidas, no valor agregado de EUR 12,65 milhões (cerca de mESC 1 400 000) (ver Nota 32), irá mitigar a situação de perda de capital.

(iii) Depósitos a prazo apropriados pelo Estado

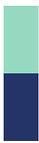
Corresponde aos depósitos a prazo que se destinavam a garantir os empréstimos assumidos pela NewCo, os quais foram, em 2019, apropriados pelo Estado.

(iv) Propriedades de investimento

Corresponde ao saldo líquido de um espaço comercial localizado em Chã de Areia transferido em 2019 para o domínio do Estado.

12. Provisões

	mESC	
	2020	2019
Corrente		
Reestruturação do Pessoal - Benefícios pós-emprego	18 976	373 033
Não Corrente		
Reestruturação do Pessoal - Benefícios pós-emprego	196 298	-
Processos judiciais e riscos e encargos diversos	187 005	341 109
Retroativos das anuidades	31 092	39 862
	<u>414 395</u>	<u>380 970</u>
	<u>433 370</u>	<u>754 003</u>



Reestruturação do Pessoal – Benefícios pós-emprego

A provisão resulta do processo de reestruturação da Empresa, no âmbito do qual se prevê o termo do vínculo contratual com 130 trabalhadores, de acordo com o plano estabelecido pela Empresa, anunciado publicamente em 2017. A diminuição do saldo face ao exercício anterior no montante de mESC 157 759 corresponde essencialmente à atualização das estimativas na sequência dos acordos assinados em 2020.

Do montante total da provisão constituída à data do balanço, apenas mESC 18 976 foram pagos em 2021, tendo, por isso, sido classificados como corrente.

Processos judiciais e riscos e encargos diversos

O saldo representa a melhor estimativa possível dos encargos que a Empresa poderá vir a incorrer a respeito de litígios em que é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço, sendo (i) mESC 17 367 relacionados com os processos de contraordenação pela ANAC PT por alegado incumprimento de faixa horária previamente atribuída e em período noturno, (ii) mESC 131 298 relativos a processos instaurados por empregados ou ex-empregados e (iii) mESC 38 098 referentes a processos judiciais diversos, baseada nos pareceres da assessoria jurídica da Empresa.

Os movimentos registados em 2020 compreendem, essencialmente, (i) reforços para fazer face, essencialmente, aos processos com passageiros, no valor de mESC 13 050 (2019: mESC 91 266) e a novos processos de foro laboral instaurados por ex-empregados, no valor de mESC 23 450 (2019: mESC 48 596) e (ii) a anulação de mESC 190 704 (2019: mESC 92 390) relativamente à atualização de estimativa de valores a pagar, sendo mESC 81 045 e mESC 26 878 respeitantes ao desfecho dos processos de contraordenação instaurados, em anos anteriores, pela ANAC PT e ANAC BR, respetivamente.

Retroativos das anuidades

A provisão compreende o valor correspondente a anuidades devidas na sequência de processos litigiosos movidos por alguns colaboradores.

Os movimentos registados na rubrica de provisões são os seguintes:

	Processos Judiciais em curso	Anuidades	Reestruturação do pessoal			TOTAL
			Benefícios pós-emprego	Plano de Reforma Antecipada (i)	Programa de pré-reforma por mútuo acordo (i)	
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (REEXPRESSO)						
Saldo inicial	286 289	39 862	525 477	43 212	311 093	1 205 932
Reforço	147 310	-	-	-	544 748	692 058
Utilização	(100)	-	(152 443)	(15 821)	(74 566)	(242 931)
Anulação	(92 390)	-	-	(27 391)	(781 274)	(901 054)
Valor escriturado	341 109	39 862	373 033	-	-	754 003
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020						
Saldo inicial	341 109	39 862	373 033	-	-	754 003
Reforço	36 600	-	8 426	-	-	45 026
Utilização	-	(8 770)	-	-	-	(8 770)
Anulação	(190 704)	-	(166 185)	-	-	(356 889)
Valor escriturado	187 005	31 092	215 274	-	-	433 370

(i) Reestruturação do Pessoal – Plano de Reforma Antecipada e Programa Pré-Reforma por mútuo acordo

Os saldos iniciais de mESC 311 093 e mESC 43 212 representavam o valor descontado dos encargos totais com a (a) pré-reforma acordada com 62 trabalhadores, no âmbito do processo de reestruturação referido acima e (b) reforma antecipada acordada com 22 trabalhadores em 2015 e 9 trabalhadores em 2016, (as taxas de desconto utilizadas, correspondentes às taxas médias ponderadas dos empréstimos da Empresa, foram de 6,8% e 6,67% e de 6,48% em 2015, 2016 e 2017, respetivamente).

Até setembro de 2019 foram efetuados pagamentos nos montantes de mESC 74 566 e mESC 15 821, respetivamente, altura em que as responsabilidades financeiras decorrentes dos respetivos programas foram integralmente assumidos pelo Estado e a gestão do programa transferida para o INPS, no âmbito do Protocolo de Colaboração assinado entre o Estado, o INPS e a Empresa (ver Notas 1.9 e 1.10.), tendo os saldos remanescentes das provisões de mESC 781 274 e mESC 27 391, perfazendo um total de mESC 808 665, sido anulados por contrapartida de cobertura de prejuízos acumulados (na rubrica Resultados transitados) (ver Nota 11 (d)). Os referidos planos previam o pagamento de ordenados, os encargos com a previdência social e outros custos até os trabalhadores atingirem a idade de reforma, altura em que passariam para o regime oficial, patrocinado pelo INPS.

Em 2020, o saldo de mESC 311 863 (2019: mESC 599 668) evidenciado na Demonstração dos resultados derivou do reforço total de mESC 45 026 (2019: mESC 692 058) e da anulação de mESC 356 889 (2019: mESC 92 390) referente à Provisão para processos judiciais. Em 2019, as anulações referentes ao Plano de Reforma Antecipada e ao Programa de Pré-reforma por mútuo acordo, no montante total de mESC 808 665, cujas responsabilidades assumidas pelo acionista Estado, foram registadas por contrapartida de Resultados transitados, conforme referido acima (ver Nota 11 (d)).

13. Financiamentos obtidos

		2020			2019		
		Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários	(A)						
° International Investment Bank (iib)							
Financiamento mESC 1 237 137	(A.1)	70.592	1 166 581	1 237 173	-	1.237.173	1 237 173
Financiamento mESC 594 328	(A.2)	39.622	554 706	594 328	-	594.328	594 328
Financiamento mESC 607 896	(A.3)	-	607 896	607 896	-	-	-
Financiamento mUSD 5 000	(A.4)	-	448 879	448 879	-	-	-
Financiamento mESC 218 000	(A.5)	-	218 000	218 000	-	-	-
° Ecobank							
Financiamento mESC 594 328	(A.2)	39 622	554 706	594 328	-	594.328	594 328
Financiamento mESC 66 159	(A.6)	66 159	-	66 159	-	-	-
° Caixa Económica de Cabo Verde							
Conta Corrente Cauionada mESC 100 000	(A.7)	100 000	-	100 000	-	-	-
Descoberto Bancário	(A.8)	89 762	-	89 762	-	-	-
Empréstimo do Estado	(B)	-	497.310	497 310	497 310	-	497 310
		405 758	4 048 078	4 453 836	497 310	2 425 830	2 923 140






Os empréstimos bancários não correntes têm a seguinte maturidade (em mESC):

	<u>iib</u>	<u>Ecobank</u>	<u>Total</u>
2022 - 2023	1 123 449	237 731	1 361 180
2024 - 2025	1 304 638	237 731	1 542 369
Após 2025	567 976	79 244	647 220
	<u>2 996 062</u>	<u>554 706</u>	<u>3 550 768</u>

Relativamente ao empréstimo do Estado, conforme referido no ponto (B) abaixo, ainda não foi acordado entre as partes o prazo de reembolso.

(A.1) International Investment Bank (IIB) - 51% da 1ª linha de financiamento

Corresponde ao empréstimo contratado em julho de 2019, destinado ao financiamento da operacionalização do hub aéreo do Sal, reembolsável em 60 prestações mensais, após um período de carência de 24 meses. Vence juros mensais à taxa anual de 6,5%.

Como garantia de todas as obrigações, a TACV constituiu a favor do IIB (i) o penhor sobre os depósitos a prazo nº2019/000178/01 e 2019/000162/04 junto do banco, no montante total de mESC 927 880, os quais se mantêm cativos, não podendo ser movimentadas enquanto perdurarem as obrigações da Empresa (ver Nota 6) e (i) a domiciliação das receitas denominadas em EUR e USD recebidas através do BSP no estrangeiro que usem estas moedas como referência.

(A.2) International Investment Bank e Ecobank – 49% da 1ª linha de financiamento

Crédito ao investimento em sindicato bancário, com o *International Investment Bank* e o Ecobank, no montante total de mESC 1 188 657, assegurado por cada um dos Bancos em 50%, destinado ao financiamento da operacionalização do hub aéreo do Sal, reembolsável em 60 prestações mensais, após um período de carência de 24 meses. Vence juros ao ano calculados à taxa Euribor (a 6 meses) acrescido de spread de 6%.

Para garantia do bom cumprimento de quaisquer obrigações ou responsabilidades emergentes do financiamento, o Estado de Cabo Verde prestou o necessário aval.

(A.3) International Investment Bank – 2ª linha de financiamento 49%

Crédito ao investimento contratado em janeiro de 2020, destinado ao reforço do financiamento original, para o financiamento da operacionalização do hub aéreo do Sal. É reembolsável em 60 prestações mensais, após um período de carência de 24 meses, vencendo juros a uma taxa anual de 6,5%.

O empréstimo encontra-se garantido (i) por uma Livrança em branco, (ii) pela domiciliação junto do IIB, após pagamento dos custos operacionais, através de instrumento formal próprio, da maioria das receitas de exploração da Empresa das receitas, designadamente através da domiciliação direta de exploração dos BSP dos mercados/zonas geográficas da Europa, África, Estados Unidos da América e Brasil, (iii) por “Carta Conforto” subscrita por representantes do acionista estratégico, reafirmando o



seu nível de compromisso e responsabilidade na adequada condução do projeto de operacionalização e (iv) por aval emitido pelo Governo da República de Cabo Verde para cobertura de quaisquer responsabilidades decorrentes do financiamento até ao montante do capital contratado.

(A.4) International Investment Bank – 3ª linha de financiamento TACV

Crédito ao investimento, contratado em fevereiro de 2020, no montante de USD 5 000 000, destinado à implementação do Business Plan da Empresa e do Hub aeroportuário da ilha do Sal. É reembolsável em 60 prestações mensais, após um período de carência de 24 meses, vencendo juros a uma taxa anual de 7%.

O empréstimo encontra-se garantido (i) por uma Livrança em branco, (ii) pela domiciliação junto do IIB, após pagamento dos custos operacionais, através de instrumento formal próprio, da maioria das receitas de exploração da Empresa das receitas, designadamente através da domiciliação direta de exploração dos BSP dos mercados/zonas geográficas da Europa, África, Estados Unidos da América e Brasil, (iii) por hipoteca genérica de primeiro grau a favor do IIB sobre os imóveis da propriedade do acionista Estado de Cabo Verde até ao montante de USD 3 000 000 e (iv) por aval emitido pelo Governo da República de Cabo Verde para cobertura de quaisquer responsabilidades decorrentes do financiamento até ao montante de USD 2 000 000.

(A.5) International Investment Bank – 4ª linha de financiamento TACV

Financiamento contratado em junho de 2020, no montante total de mESC 218 000, destinado a (i) pagamentos de dívidas a fornecedores, (ii) pagamento dos juros vencidos até a data da contratação da corrente operação e (iii) pagamento dos salários dos trabalhadores da TACV entre os meses de março e junho de 2020. É reembolsável em 60 prestações mensais, após um período de carência de 24 meses. Vence juros a uma taxa anual de 7%.

Como garantia de todas as obrigações, a TACV (i) subscreveu uma livrança em branco, (ii) constituiu a favor do IIB a domiciliação, após pagamento dos custos operacionais, através de instrumento formal próprio, da maioria das receitas de exploração da Empresa, designadamente através da domiciliação direta de exploração dos BSP dos mercados/zonas geográficas da Europa, África, Estados Unidos da América e Brasil e (iii) entregou o aval emitido pelo Governo da República de Cabo Verde para cobertura de quaisquer responsabilidades decorrentes do financiamento até ao montante de mESC 218 000.

(A.6) Ecobank - Crédito a curto prazo

Crédito a curto prazo contratado em outubro de 2020, por um período de 6 meses, destinado ao reforço de tesouraria. Vence juros à taxa anual de 6,5%.

O crédito é garantido pelo penhor de um depósito obrigatório no valor de mESC 70 124 constituído nos livros do Ecobank Nigeria Limited, em Naira (ver Nota 6). O contrato encontra-se vencido, mas não liquidado.

(A.7) Caixa Económica de Cabo Verde – Conta corrente caucionada



Financiamento contratado em novembro de 2020, por um período de 12 meses, destinado ao reforço de tesouraria. Vence juros a uma taxa anual de 5,75%

Em garantia do cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, o Estado de Cabo Verde prestou o necessário aval.

(A.8) Caixa Económica de Cabo Verde – Descoberto bancário

Compreende o valor utilizado a 31 de dezembro de 2020 de descoberto bancário autorizado pela Caixa, no montante máximo de mESC 100 000, destinado ao reforço da tesouraria. Vence juros à taxa anual de 5,75%.

Em garantia do cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, o Estado de Cabo Verde prestou o necessário aval.

(B) Empréstimos do Estado

O saldo representa transferências efetuadas pelo Estado entre fevereiro e junho de 2017, destinadas a fazer face a compromissos junto de fornecedores e ao processo de reestruturação em curso. O empréstimo não é remunerado e o reembolso deveria ter ocorrido até 31 de dezembro de 2017, o que não aconteceu. Não se encontrando acordado entre as partes um novo prazo de reembolso, e não tendo sido ainda liquidado, o empréstimo foi, em 2020, classificado, como não corrente.

14. Fornecedores

		mESC	
		2020	2019
Fornecedores conta corrente			
Nacionais			
◦ ASA - Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	(i)	548 764	388 397
◦ ENACOL	(i)	370 891	448 688
◦ IMPAR		162 047	68 751
◦ Cabo Verde Express		33 736	33 736
◦ Freitas Catering Services		30 718	30 420
◦ Agência Nacional de Viagens		19 538	19 538
◦ Hotel Praia Mar		9 255	26 924
◦ ANAC - Agencia Nacional das Comunica	(i)	7 752	7 752
◦ Outros		129 729	152 871
		<u>1 312 429</u>	<u>1 177 076</u>
Estrangeiros			
◦ Loftleidir Icelandic		453 226	335 785
◦ ASECNA		140 387	141 422
◦ Eurocontrol		67 579	84 448
◦ Daimler Benz Aerospace		82 333	82 333
◦ JETEX		101 473	71 610
◦ LAS Senegal		51 459	49 721
◦ BP Portugal		16 468	38 806
◦ Discover Momentum		35 144	31 369
◦ Portway		8 906	23 945
◦ VisionWare		56 708	20 729
◦ Direction generale		33 516	19 701
◦ New Tour - Azores, S.A.		31 355	22 278
◦ 2e Systems GmbH		27 934	10 581
◦ World Fuel Services Europe Ltd		2 395	16 912
◦ Outros		504 578	352 321
		<u>1 613 461</u>	<u>1 301 962</u>
		<u>2 925 890</u>	<u>2 479 038</u>
Fornecedores conta cauções			
◦ Corrente		9 055	12 087
◦ Não corrente		1 650	1 650
		<u>10 705</u>	<u>13 737</u>
Fornecedores por acréscimo de gastos			
		<u>169 720</u>	<u>343 793</u>
Saldo total de Fornecedores			
Corrente		<u>3 104 666</u>	<u>2 834 918</u>
Não corrente		<u>1 650</u>	<u>1 650</u>

Prevê-se que o saldo com referência a 28 de fevereiro de 2019 das entidades identificadas em (i) no quadro acima, no montante total de mESC 522 503, seja transferido para a NewCo no âmbito de uma segunda ordem de transferência.

O saldo devido à Enacol relaciona-se fundamentalmente com o fornecimento de combustíveis para aviões.





A dívida para com a ASA relaciona-se, essencialmente, com taxas aeroportuárias, taxas de rota e aluguer de espaços.

O saldo a pagar à Loftleidir Icelandic relaciona-se, essencialmente, com as rendas do contrato de locação operacional dos dois aviões Boeing que integravam a frota da Empresa. Em 2020, 90% da dívida acumulada até novembro de 2020, ascendendo a mESC 2 189 091, foi perdoada e registada em Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio (ver Nota 11 (b)).

Em 2019, as dívidas acumuladas até 31 de janeiro de 2018 da (i) ASA (mESC 610 687), relacionadas, essencialmente, com taxas aeroportuárias, taxas de rota e aluguer de espaços, (ii) ITP - Indústria de Turbo Propulsores (mESC 166 211) referentes a serviços de reparação de motores de aeronaves, acrescida de correções relativamente a períodos anteriores no montante de mESC 21 178 (ver Nota 21) e atualização cambial no montante mESC 59, (iii) Boeing (mESC 54 964), acrescida de correções relativamente a períodos anteriores no montante de mESC 19 090 (ver Nota 21) e atualização cambial no montante mESC 385, (iv) Cimber Data (mESC 11 530) e (v) LAS – Louro Aeronves e Serviços (mESC 4 205), perfazendo um total de mESC 888 309, foram, no âmbito do Acordo de Cessão de Créditos e Assunção de Dívidas, transferidas para a NewCo em 2019 e registadas em Resultados transitados, a título de cobertura de prejuízos acumulados (ver Nota 11 (d)).

O saldo da rubrica Fornecedores por acréscimos de gastos inclui mESC 100 654 referentes a serviços prestados e pagos aos fornecedores, cujas faturas não foram, entretanto, identificadas. Admite-se que a regularização seja efetuada por contrapartida da conta corrente dos respetivos fornecedores, que à data do balanço apresentam saldos devedores.

15. Outras contas a pagar

	mESC	
	2020	2019
Outros credores - Correntes		
Taxas de aeroporto - passageiros	452 343	393 979
Cabo Verde Handling	(i), (ii) 348 204	288 741
AAC Agencia De Aviacao Civil	(i) 206 323	169 446
Moratórias de crédito	(iii) 157 281	-
LTE - International Airways	(i), (iv) 152 125	152 125
Encargos com o pessoal - férias a pagar (ver Nota 1.10)	144 482	119 883
Clearing House	17 713	284 728
White Airways	(i) 48 628	48 628
Sindicatos	32 842	19 390
Credores por pagamentos diferidos	6 017	4 586
Arnaldo Silva & Associados	4 829	5 408
Outros, inferiores a mESC 10 000	33 721	35 626
	<u>1 604 507</u>	<u>1 522 540</u>
Clientes - saldos credores		
AATA BV	6 294	5 252
Outros	88 900	54 873
	<u>95 194</u>	<u>60 124</u>
	<u>1 699 701</u>	<u>1 582 664</u>



(i) Passivos a serem transferidos para a NewCo

Prevê-se que o saldo com referência a 28 de fevereiro de 2019 das entidades identificadas em (i) no quadro acima, no montante total de mESC 516 913, seja transferido para a NewCo no âmbito de uma segunda ordem de transferência.

(ii) Cabo Verde Handling

A dívida para com a Cabo Verde Handling relaciona-se, essencialmente, com os serviços de assistência em escala (handling) prestados nos aeroportos em Cabo Verde. Em 2019, mESC 748 724 da dívida acumulada até 31 de janeiro de 2018 foram transferidos para a NewCo e registados em Resultados transitados, a título de cobertura de prejuízos acumulados (ver Nota 11 (d)).

(iii) Moratórias de créditos

O saldo representa o valor dos juros resultantes dos contratos de financiamentos, por pagar à data do balanço, em decorrência da adesão às moratórias de créditos, ao abrigo do Decreto-Lei Nº38/2020, de 31 de março, e suas sucessivas revisões.

(iv) LTE – International Airways

Dívida resultante do incumprimento do contrato de aluguer de uma aeronave. Decorre uma ação judicial intentada pela LTE, cuja sentença foi desfavorável à Empresa.

16. Diferimentos passivos

O saldo desta rubrica corresponde ao produto das vendas de transporte de passageiros e cargas realizadas no exercício, cujo transporte efetivo não ocorreu até à data do balanço (ver Nota 1.14).

17. Vendas e Prestação de serviços

	mESC	
	2020	2019
Receitas de tráfego		
Passagens	1 210 928	4 152 153
Anulação de bilhetes não utilizados	159 660	349 898
Excesso de bagagem	50 681	195 587
Fretamento	79 637	-
Carga e correio	1 653	21 412
	<u>1 502 557</u>	<u>4 719 051</u>
Serviços secundários		
Taxa fuel	260 839	1 196 131
Reparação de componentes de aviões	117 250	152 551
Taxa de prestação de serviços de emissão	11 445	55 164
Rejection memos	(1 752)	(48 458)
Outros	12 645	29 804
	<u>400 427</u>	<u>1 385 193</u>
Total de Prestação de serviços	<u>1 902 985</u>	<u>6 104 244</u>

A diminuição verificada em 2020 nas receitas de tráfego deve-se ao efeito da pandemia Covid-19, período que a Empresa só operou durante os três primeiros meses do ano.

Os mESC 159 660 representam a melhor estimativa do valor dos bilhetes de transporte de passageiros e carga emitidos até 31 de dezembro de 2019 e não utilizados, reembolsados ou trocados até 31 de dezembro de 2020.

A rubrica taxa fuel é uma taxa para combustíveis cobrada adicionalmente à tarifa do bilhete de passagem.

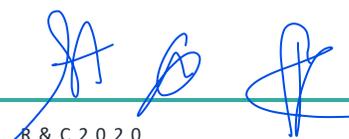
Os mESC 117 250 (2019: mESC 152 511) referem-se a serviços de reparação de aviões prestados, essencialmente, à Icelandair, Transportes Interilhas de Cabo Verde, Total Aviation Services e Guarda Costeira.

A rubrica de Taxa de prestação de serviços de emissão compreende, essencialmente, as taxas cobradas na emissão de bilhete, à razão de mESC 6,1 para destinos internacionais. A diminuição de 46% face ao período homólogo deve-se à redução das vendas diretas, por reformulação da rede de emissões da Empresa e redução do número de voos.

A rubrica de Rejection memos representa diferenças interline entre o valor do bilhete e o valor faturado, sendo movimentada por notas de crédito e notas de débitos emitidas e/ou recebidas de outras companhias.

18. Fornecimentos e serviços externos

	mESC	
	2020	2019
Aluguer de aviões - "dry lease"	(i) 3 338 664	1 735 410
Combustíveis e outros fluídos	(ii) 887 468	2 650 100
Irregularidades com passageiros, bagagens e correio	(iii) 252 162	540 092
Honorários	(iv) 287 239	363 820
Taxas de navegação aérea	(v) 215 278	496 551
Comunicação	(vi) 203 507	287 567
Aluguer de aviões - "wet lease"	(vii) 197 211	2 191 209
Assistência de terceiros - "handling"	(viii) 137 843	620 687
Taxas aeroportuárias	(ix) 129 415	382 041
Trabalhos especializados	(x) 123 014	573 984
Seguros	112 959	69 142
Encargos com o pessoal navegante em serviço de voo	(xi) 83 642	335 552
Serviços de "catering"	82 666	275 535
Livros e documentação técnica	34 980	29 184
Taxa de regulação a pagar à Aeronáutica Civil	34 644	47 651
Rendas e alugueres (edifícios e viaturas)	14 940	38 951
Comissões a intermediários	13 253	148 016
Publicidade e Propaganda	8 839	66 265
Electricidade	3 946	12 156
Conservação e reparação de equipamento de voo	2 606	14 461
Outros, inferiores a mESC 10 000	70 482	41 066
	6 234 758	10 919 438



Em 2020, a diminuição dos saldos face a 2019 em cerca de 43%, é explicada, essencialmente, pela suspensão por completo da atividade operacional da Empresa desde 19 de março de 2020.

(i) Aluguer de aviões – “dry lease”

Compreende rendas suportadas no âmbito do leasing operacional dos aviões Boeing 757 à Lofteilir Icelandic.

O aumento significativo do saldo face ao ano anterior deve-se, essencialmente, ao reforço da frota em 2019, com a incorporação de duas aeronaves B 757-200, uma em março e outra no final do ano, as quais se mantiveram ao serviço da Empresa durante todo o ano de 2020, pese embora a suspensão da atividade operacional.

(ii) Combustíveis e outros fluídos

Compreendem, essencialmente, o consumo de combustível para aviões (Jet A1).

(iii) Irregularidades com passageiros, bagagens e correio

Compreendem, essencialmente, gastos relacionados com irregularidades com passageiros (hospedagem em hotéis, alimentação e embarque de passageiros em outras companhias, entre outros).

(iv) Honorários

Compreende encargos com serviços de consultoria e assessoria diversos, nomeadamente, (i) mESC 203 169 pelos serviços de gestão prestados pela Loftleidir Icelandic (2019: mESC 125 751), (ii) cerca de mESC 23 082 (2019: mESC 42 500) de honorários dos advogados, (iii) mESC 20 950 referentes a assessoria contabilística prestada pela Wise Consulting (2019: mESC 27 051), (iv) mESC 8 735 pelo serviço de gestão de receitas pela Airline Services Estonia (2019: mESC 26 727), (v) mESC 2 760 referentes a serviços de *Revenue Management* prestados pela ACC – Airline Competence Center (2019: mESC 50 205), (vi) mESC 2 757 pelos serviços de contabilidade prestados pela Fjarvakur (2019: mESC 24 489), entre outros serviços de valor individual reduzido.

(v) Taxa de navegação aérea

Compreende taxas pagas às entidades que gerem o espaço aéreo dos diferentes países.

(vi) Comunicação

Incluem fundamentalmente os gastos com a comunicação utilizada nos sistemas de reservas através da rede da SITA – Société Internationale des Télécommunications Aéronautiques.

(vii) Aluguer de aviões - "wet lease"

Compreende o aluguer de aeronaves e respetiva tripulação a outras companhias aéreas, sendo mESC 65 115 à Loftleidir Icelandic.

(viii) Assistência de terceiros – “handling”

Compreende os encargos com os serviços de assistência em escala (handling) prestados por terceiros à TACV nos diversos aeroportos onde opera.

(ix) Taxas aeroportuárias

Referem-se às taxas cobradas em diversos aeroportos por aterragem, descolagem e tempo de estadia do avião.

(x) Trabalhos especializados

Compreendem, essencialmente, os gastos incorridos com (i) a utilização dos sistemas de reserva “Amadeus”, “Galileo” e “Sabre”, no montante total de mESC 62 558 (2019: mESC 401 852), (ii) comissões de mESC 15 715 (2019: mESC 83 536) pagas à Discover Momentum, LCC na qualidade de agente geral de vendas (GSA) da Empresa, e (iii) encargos relativos à intermediação entre a Empresa e as redes de agências de viagem (“BSP”, “ARC” e “CASS”), no montante de mESC 5 240 (2019: mESC 11 778).

(xi) Encargos com o pessoal navegante em serviço de voo

Compreendem, essencialmente, as despesas com alojamento, alimentação e transporte, relacionados com o pessoal navegante de cabine e tripulante em serviço, sendo mESC 16 903 faturados pela Loftleidir Icelandic.

19. Gastos com o pessoal

As despesas com o pessoal apresentam a seguinte composição:

	mESC	
	2020	2019
Ordenados e salários		
Vencimento base e anuidades e antiguidades	523 331	707 342
Subsídios de turno e de chefia	8 521	15 125
Prémio de produtividade (13º mês)	5 711	8 269
	<u>537 563</u>	<u>730 736</u>
Remunerações adicionais		
Mudança da base operacional	-	54 441
Subsídio ao pessoal navegante em serviço de voo	59 327	134 404
Horas extraordinárias	5 152	9 454
Subsídio de alimentação	5 673	8 157
Prémio de qualificação	1 787	4 936
Subsídio ao pessoal colocado no exterior	6 003	6 104
Outras	15 194	12 510
	<u>93 135</u>	<u>230 006</u>
Encargos sobre remunerações	77 997	144 882
Formação de pessoal	11 868	67 804
Outras despesas com o pessoal	90 810	191 553
Provisão de férias	24 600	30 155
	<u>835 972</u>	<u>1 395 136</u>
Total de despesas com o pessoal		
Número médio de empregados	<u>308</u>	<u>303</u>



Em 2020, a diminuição significativa verificada na rubrica de Ordenados e salários deve-se à adesão, em abril de 2020, ao programa de lay-off temporário de colaboradores, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei nº83/2020, de 4 de abril, e suas sucessivas revisões, abrangendo mais de 70% dos colaboradores.

Em 2019, os mESC 54 441 representavam os encargos com a mudança de local de trabalho e domicílio do pessoal navegante e de suporte operacional para a ilha do Sal, iniciada em fevereiro de 2018, visando a implementação do Hub Aéreo.

A diminuição significativa verificada nos subsídios ao pessoal navegante deve-se, essencialmente, à suspensão completa das operações desde 19 de março de 2020.

O saldo da rubrica de Formação de pessoal compreende, essencialmente, simuladores de voo para os tripulantes e formação do pessoal técnico e de manutenção. A diminuição verificada em 2020, face ao período homologado, deve-se, essencialmente, à formação e capacitação do Pessoal Navegante de Cabine em 2019 para atender as necessidades operacionais.

A rubrica de Outras despesas com o pessoal integra, essencialmente, (i) mESC 40 333 de despesas com o transporte (2019: mESC 93 839), (ii) mESC 12 849 referentes à aquisição de uniformes (2019: mESC 40 368), (iii) mESC 24 809 relativos aos encargos com seguros de acidente de trabalho e doenças profissionais (2019: mESC 8 586), (iv) mESC 4 719 de plano de saúde (2019: mESC 4 151) e (v) mESC 2 900 de encargos com alojamento (mESC 29 461).

20. Outros rendimentos e ganhos

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	mESC	
	2020	2019
Comissões outras companhias	810	7 290
Correções relativas a exercícios anteriores:		
Regularização de saldos de terceiros:		
Segurança social	98 426	-
Alfândega da Praia	-	41 377
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	-	29 680
Alienações (ver Nota 3)	-	52 933
Outros	24 508	14 878
	<u>123 744</u>	<u>146 158</u>

As regularizações de saldos de terceiros resultaram das confirmações e conclusão das reconciliações de saldos entre as partes, cujas análises se encontravam em curso.



21. Outros gastos e perdas

	mESC	
	2020	2019
Correções relativas a exercícios anteriores:		
Regularização de saldos de terceiros:		
Alfândega da Praia	17 871	-
ITP - Industria de Turbo Propulsores (ver Nota 14)	-	21 178
Boeing (ver Nota 14)	-	19 090
Outros	-	35 968
Alienações (ver Nota 3)	177	-
Outros	10 330	36 080
	<u>28 378</u>	<u>112 316</u>

22. Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

O saldo de mESC 37 567 (2019: mESC 66 487) compreende mESC 31 671 (2019: mESC 56 491) de depreciação do exercício de ativos fixos tangíveis (ver Nota 3) e mESC 5 895 (2019: mESC 9 785) de amortização de ativos intangíveis (ver Nota 4). Em 2019, compreendia ainda mESC 211 de depreciação de propriedades de investimento.

23. Juros e ganhos similares obtidos

O saldo compreende, essencialmente, o valor líquido de mESC 434 094 resultante das diferenças de câmbio apuradas no exercício, em consequência da atualização cambial dos saldos expressos em dólares dos Estados Unidos. As diferenças de câmbio, desfavoráveis e favoráveis, são apresentadas pelo valor líquido. Em 2019, o valor líquido das diferenças de câmbio era desfavorável pelo que foi apresentado em Juros e perdas suportados (ver Nota 24).

24. Juros e perdas similares suportados

	mESC	
	2020	2019
° Juros de financiamento	269 590	125 938
° Outros	43 311	60 986
° Diferenças de Câmbios	-	76 947
	<u>312 901</u>	<u>263 870</u>

As diferenças de câmbio, desfavoráveis e favoráveis, são apresentadas pelo valor líquido, tendo em 2020 representado um ganho cambial de mESC 434 094, apresentado em Juros e ganhos similares obtidos (ver Nota 23).



A rubrica de juros de financiamento compreende os juros de empréstimos bancários. O aumento dos juros face ao exercício anterior deve-se ao aumento dos financiamentos no exercício corrente (ver Nota 13).

A rubrica de Outros compreende, essencialmente, os juros e comissões suportados pelo atraso no pagamento das faturas de fornecedores.

25. Imposto sobre o rendimento / Imposto diferido

Em conformidade com a Lei nº82/VIII/2015 que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

A Empresa apresentou um requerimento invocando a prescrição das situações fiscais relativas aos exercícios de 1996 a 2007, nos termos das novas regras do Código Geral Tributário, tendo merecido deferimento por parte da Administração Fiscal.

A conciliação do resultado contabilístico com o resultado fiscal dos últimos cinco exercícios é a seguinte (em mESC):

	2020	2019	2018	2017	2016	
Resultado contabilístico	(4 656 933)	(7 115 881)	(6 711 790)	(3 755 956)	(2 311 636)	
A adicionar						
Provisões não aceites fiscalmente	-	599 668	42 024	1 064 058	38 741	
Imparidades de clientes não aceites fiscalmente	7 225	23 220	213 755	52 236	211 668	
	<u>7 225</u>	<u>622 888</u>	<u>255 779</u>	<u>1 116 294</u>	<u>250 409</u>	
A deduzir						
Reversão de provisões não aceites fiscalmente	311 863	-	-	-	-	
Utilização da provisão para reestruturação do pessoal (ver Nota 12)	8 770	242 931	220 919	30 189	24 220	
	<u>320 633</u>	<u>242 931</u>	<u>220 919</u>	<u>30 189</u>	<u>24 220</u>	
Resultado fiscal	<u>(4 970 342)</u>	<u>(6 735 923)</u>	<u>(6 676 930)</u>	<u>(2 669 851)</u>	<u>(2 085 447)</u>	<u>(23 138 493)</u>
Taxa do imposto						22,44%
Ativo por imposto diferido						<u>(5 192 278)</u>

O reporte fiscal acumulado totaliza mESC 23 138 493 e os respetivos Impostos diferidos ativos ascendem a mESC 5 192 278, os quais não foram registados devido à imprevisibilidade da sua recuperação.

26. Resultado por ação básico

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado atribuível aos acionistas pelo número de ações, como segue:

R & C 2 0 2 0

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado atribuível aos acionistas (mESC)	(4 656 933)	(6 571 133)
Número de ações	<u>1 000 000</u>	<u>1 000 000</u>
Resultado por ação básico (ESC)	<u>(4 657)</u>	<u>(6 571)</u>

27. Garantias

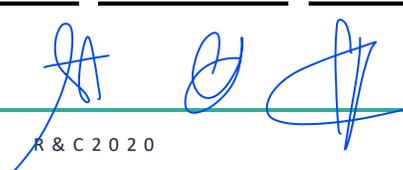
As garantias prestadas pela Empresa relacionam-se com financiamentos bancários obtidos e encontram-se descritos na Nota 14.

28. Partes relacionadas

- (i) Os principais saldos e transações ocorridas em 2020 e 2019 entre a Empresa e partes relacionadas sumarizam-se nos quadros seguintes (em mESC):

	2020				
	Balanco			Demonstração de resultados	
	Outras contas a receber (ver Nota 5)	Fornecedores (ver Nota 14)	Outros Instrumentos de capital próprio (ver Nota 11)	Resultados transitados (ver Nota 11)	Fornecimentos e Serviços Externos (ver Nota 18)
Estado de Cabo Verde	-	-	9 814 319	1 450 067	-
NewCo	22 998	-	-	10 551 167	-
Loftleidir Icelandic	-	453 226	2 881 675	-	3 616 031
Loftleidir Cabo Verde	-	-	603 049	-	-
Icelandair	16 059	-	-	-	36 596
Fjavakur	-	-	-	-	2 757
	<u>39 057</u>	<u>453 226</u>	<u>13 299 043</u>	<u>12 001 234</u>	<u>3 655 384</u>

	2019				
	Balanco			Demonstração de resultados	
	Outras contas a receber (ver Nota 5)	Fornecedores (ver Nota 14)	Outros Instrumentos de capital próprio (ver Nota 11)	Resultados transitados (ver Nota 11)	Fornecimentos e Serviços Externos (ver Nota 18)
Estado de Cabo Verde	-	-	9 744 319	1 450 067	-
NewCo	-	-	-	10 551 167	-
Loftleidir Icelandic	-	335 785	-	-	3 659 080
Loftleidir Cabo Verde	-	-	603 049	-	-
Icelandair	-	5 628	-	-	44 214
Fjavakur	-	-	-	-	33 706
	<u>-</u>	<u>335 785</u>	<u>10 347 368</u>	<u>12 001 234</u>	<u>3 737 000</u>



Os Fornecimentos e serviços externos da Loftleidir Icelandic compreendem (i) mESC 3 338 664 (2019: mESC 1 668 566) e mESC 65 115 (2019: mESC 1 735 410) referentes a aluguer de aviões em regime de wet lease e dry lease, respetivamente, (ii) mESC 203 169 (2019: mESC 125 751) respeitantes a serviços de consultoria, (iii) mESC 16 903 (2019: mESC: 63 048) relativos a encargos com o pessoal navegante em serviço de voo e (iv) mESC 35 229 (2019: mESC 21 448) relacionados com diversos serviços.

- (ii) Não existem transações com os Administradores.
- (iii) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Despesas com o pessoal ascendem a mESC 11 357 (2019: mESC 13 118) e as do Conselho Fiscal a mESC 992 (2019: mESC 630).

29. Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço

Em 31 de dezembro de 2020 as responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no balanço, relacionam-se, essencialmente, com as rendas relativas à locação operacional dos 3 aviões Boeing 757, cujas rendas futuras se estimavam como segue (em mESC):

Modelo	MSN	Registo	Início	Duração (meses)	Rendas futuras	
					2021	
Boeing 757	25808	D4-CCF	13-jul-18	72	269 577	
Boeing 757	24760	D4-CCG	15-mar-19	60	269 577	
Boeing 757	29307	D4-CCH	13-dez-19	72	-	
					539 154	

Em 2020, foi acordado com o Locador Loftleidir Icelandic o término antecipado do contrato de locação respeitante ao avião MSN 29307, Registo D4-CCH, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2020. Adicionalmente, foram ainda acordadas com o Locador adendas aos contratos respeitantes às aeronaves D4-CCF e D4-CCG, permitindo (i) terminar esses contratos em 30-nov-2021, (ii) fixar o *lease rate* em USD 2.600 por hora block e (iii) pagar as rendas em função da utilização semanal da aeronave (sem mínimo de horas garantidas) (ver Nota 32).

30. Outras informações sobre o regime do acréscimo

	mESC	
	2020	2019
Acréscimo de gastos		
Acréscimos de gastos diversos	(6 017)	(4 586)
Diferimentos de gastos		
Diferimentos de gastos diversos	53 812	34 618
Diferimentos de rendimentos		
Bilhetes vendidos e não voados (ver Nota 16)	(788 175)	(1 632 224)



31. Divulgações exigidas por diplomas legais

Em 2020, os honorários contratualizados com o auditor certificado ascenderam a mESC 4 980 (2019: mESC 4 880). Os Administradores e o Conselho Fiscal auferiram remunerações de mESC 11 357(2019: mESC 13 118) e mESC 992 (2019: mESC 630), respetivamente, conforme referido na Nota 28.

32. Eventos subsequentes à data do balanço

De realçar os seguintes factos ocorridos após 31 de dezembro de 2020:

I. Acordo dos Acionistas Assinado e Plano de Recuperação Aprovado

Em março de 2021 foi finalmente assinado o acordo entre os principais acionistas e aprovado o plano de recuperação com as seguintes linhas gerais de ação:

1. Estratégia de vendas e distribuição reformulada e um minucioso exercício de otimização de gastos, resultando no retorno gradual à rentabilidade nos próximos 5 anos.
2. Redução da frota de três para duas aeronaves Boeing B757-200, em regime de locação operacional A&M. Esta redução resulta do acordo alcançado com o Locador Loftleidir Icelandic para terminar antecipadamente o contrato de locação respeitante ao avião MSN 29307, Registo D4-CCH, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2020. Adicionalmente, foram ainda acordadas com o Locador adendas aos contratos respeitantes às aeronaves D4-CCF e D4-CCG, permitindo (i) terminar esses contratos em 30-nov-2021, (ii) fixar o *lease rate* em USD 2.600 por hora *block* e (iii) pagar as rendas em função da utilização semanal efetiva da aeronave (sem mínimo de horas garantido).
3. Reestruturação de dívidas (dívidas subordinadas, dívidas com partes relacionadas e com terceiros) com redução significativa dos saldos devidos e diferimento do remanescente por um período de tempo, que permita à Empresa recuperar o equilíbrio.
4. Um novo financiamento (EUR 12 Milhões) garantido pelo Estado de Cabo Verde para superar os obstáculos trazidos pela pandemia e abordar o requisito mínimo de cobertura de responsabilidades essenciais.
5. Retoma das operações assim que a situação sanitária em Cabo Verde e nos mercados de interesse o permitam e *ramp-up* gradual dos voos, adição de novos destinos, em função da real recuperação da demanda.
6. Preparação da Empresa para um novo influxo de capital (EUR 24 Milhões), a realizar no decurso do mês de julho de 2021, após a primeira fase de reestruturação da dívida.



A assinatura do acordo entre os acionistas e a aprovação do plano de recuperação permitiram desencadear a seguinte sequência de eventos importantes:

1. Novas Reformas Organizacionais

Reformas ao nível do Conselho de Administração e também ao nível do Executivo foram acordadas entre os acionistas e começaram a ser introduzidas em março de 2021.

A perspetiva de atividade reduzida a médio prazo determinou ainda a avaliação para um novo redimensionamento da organização, em paralelo com uma profunda transformação digital.

Com o foco na melhoria da experiência do cliente e da eficiência das vendas e das operações, foram priorizadas reformas imediatas nas áreas de marketing e vendas e administrativa e financeira. O *contact center* e o marketing digital, funções antes terceirizadas, foram reincorporadas na organização.

2. Segunda Fase da Resolução do Passivo pré-Privatização

Em linha com o acordo de resolução de março de 2021, acelerou-se o processo relativo à segunda fase da resolução do passivo pré-privatização, comportando um total de mCVE 1 394 492 correspondente ao valor da Ordem de Transferência N^o2 a ser emitida, assim que estiverem assinados os acordos de transferência com os credores implicados nesta fase. À data deste relatório estão assinados acordos com a ASA, a CV Handling, o INPS, a DNRE e a AAC, no valor agregado de mCVE 976 266. Entre os credores, cujos acordos estão por assinar, encontra-se a ENACOL com um crédito passível de transferência no valor de mCVE 335 019.

3. Negociação da Dívida Comercial

Foi colocado em marcha em março de 2021 um plano de negociação com os credores, visando a reestruturação da dívida comercial. Nesta negociação, a Empresa procurou assegurar uma contribuição também significativa dos parceiros comerciais, complementarmente ao esforço dos acionistas e do Estado de Cabo Verde, para o plano de recuperação. Tal contribuição tem sido disponibilizada na forma combinada de redução dos saldos em dívida e da concessão de um prazo alargado de pagamento.

4. Acordos de Financiamento

Foram assinados em março de 2021 com o BCN e com o *International Investment Bank* (IIB) dois acordos de financiamento garantidos pelo Estado de Cabo Verde, os quais permitiram à Empresa o acesso ao primeiro financiamento num total de EUR 12 M, destinado à resolução parcial do passivo reestruturado e à cobertura de gastos essenciais na preparação da retoma e fase inicial das operações. O acordo com o IIB incluiu também a liquidação antecipada do financiamento no valor de EUR 11,22 Milhões contraído em agosto de 2019 e que tinha como garantia um depósito colateral no valor de EUR 8,415 Milhões.

5. Plano de Regularização do Passivo

No início de abril de 2021 foi iniciado o plano de regularização do passivo reestruturado, nos termos do acordo dos acionistas e nos termos dos acordos que começaram a ser estabelecidos com os credores comerciais.



6. Primeiro de dois Aviões chega a Cabo Verde

Na preparação da retoma das operações, uma das aeronaves, a D4-CCG, foi reposicionada em Cabo Verde no dia 14 de abril de 2021. A segunda aeronave, a D4-CCF, deveria ser posicionada logo a seguir à conclusão de trabalhos de manutenção, então em curso.

7. Implementação de um novo PSS

Foi iniciada em abril a implementação de um novo sistema de serviço ao cliente (PSS – *Passenger Service System*), em substituição do sistema da SITA, retirado do mercado por obsolescência tecnológica e cujo contrato tinha sido terminado em dezembro de 2020. A nova solução incorpora os últimos avanços tecnológicos e deverá contribuir para uma melhoria significativa da experiência do cliente e da eficiência das vendas.

II. Suspensão da Retoma/ Arresto do Avião D4-CCG

O primeiro voo da retoma, programado para 18 de junho, acabou por não se realizar. Inicialmente confrontada com o impedimento de dar sequência ao embarque dos passageiros, alegadamente por crédito suspenso, devido à dívida existente, a Empresa viria a ser informada que o voo não seria autorizado, quando se dispôs a satisfazer o requisito de pagamento antecipado dos serviços, tanto da ASA, como da CV Handling, prática que, aliás, já vinha seguindo com outros parceiros operacionais. O voo de 18 de junho de 2021, com destino a Lisboa, seria assim cancelado.

Em 23 de junho, a Empresa foi notificada do arresto do seu único avião operacional o D4-CCG, por decisão do Tribunal da Comarca do Sal, após processo movido pela ASA e pela CV Handling, com fundamento na dívida vencida.

No seguimento do arresto do D4-CCG, o Locador tratou de seguida de solicitar o abate do registo nacional desta aeronave e também da aeronave D4-CCF, que se encontrava nos EUA em revisão geral programada. Nestas circunstâncias, a Empresa viu-se de repente sem qualquer equipamento para dar seguimento ao plano de retoma das operações, o que levou a Administração a tomar a decisão de pedir à AAC a suspensão dos voos por um período de trinta (30) dias.

III. AAC Suspendeu Temporariamente o AOC

O exercício continuado de atividade comercial (regular ou não regular) é um dos requisitos fundamentais para a manutenção do Certificado de Operador Aéreo (AOC). Mesmo que, durante algum tempo, o encerramento temporário das fronteiras aéreas tivesse funcionado como atenuante, a Empresa não podia, por regulamento, ver-se na condição de operações suspensas por mais de sessenta (60) dias (CV-CAR 8.B.130 (a)). Assim, para evitar o cenário de suspensão do AOC, operações charter pontuais foram sendo realizadas, tendo a última ocorrido em 14 de abril de 2021. O reinício das operações regulares tinha sido anteriormente programado e reprogramado várias vezes (out-2020, dez-2020, jan-2021, mar-2021), depois da reabertura das fronteiras para voos internacionais por resolução (Resolução Nº138/2020, de 12 de outubro) do Governo. Por fim, depois do charter de 14 de abril, mediante um *Schedule of Events*, discutido com, aprovado e seguido semanalmente pela autoridade aeronáutica, foi fixada a data de 18 de junho de 2021, como último *deadline* consentido pela AAC para a retoma.

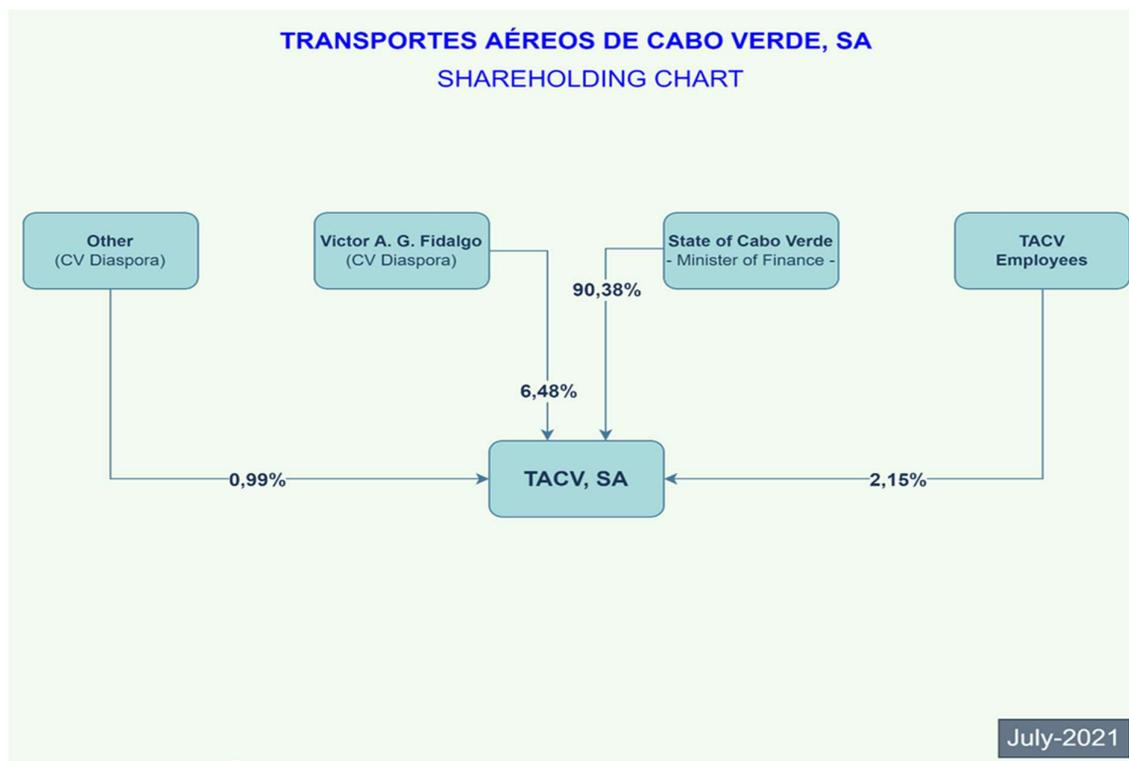
O cancelamento do voo de 18 de junho e os eventos da semana seguinte levaram a AAC a decidir pela suspensão do AOC e, conseqüentemente, das correspondentes especificações operacionais (OpSpec) e da Licença de Exploração Aérea (LEA), por entender que a Empresa deixou de estar em conformidade com os requisitos do AOC, das (OpSpec) e da LEA. Em carta dirigida ao Administrador Responsável em 28 de junho de 2021, a AAC notificou a Empresa da DETERMINAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SUSPENSÃO DO AOC DA TACV, SA por um período de seis (6) meses e da possibilidade de a reverter, caso e assim que fossem recuperadas, dentro daquele prazo, as condições para a reposição da conformidade com os requisitos atrás referidos. A não normalização da situação (restabelecimento da conformidade com os requisitos do AOC, OpSpec e LEA) no referido prazo de seis (6) meses implicaria a revogação do certificado.

O restabelecimento da validade do AOC, das OpSpec e da LEA devia, de acordo com a mesma determinação, ocorrer em concertação com e de modo determinado pelo regulador (AAC) e nos termos previstos na legislação aplicável.

IV. Reversão da Venda de 51% do Capital/ Recuperado o Controlo pelo Estado

Por resolução do Governo (Decreto-Lei Nº50/2021, de 06 de julho), foi aprovada a reversão da venda e a transmissão para o Estado de Cabo Verde de 51% das ações representativas do Capital Social da TACV, SA, que tinham sido adquiridas no âmbito da privatização em 2019 pela Loftleidir Cabo Verde (LCV), empresa do Grupo Icelandair. O Estado de Cabo Verde recuperou assim o controlo acionista da Sociedade.

Estrutura Acionista da TACV, SA, após a Reversão da Venda de 51% do Capital



[Handwritten signatures in blue ink]



Uma das consequências imediatas da resolução de 6 de julho foi a queda do Acordo de Resolução entre os dois maiores acionistas (a LCV e o Estado CV) e a TACV, alcançado em março de 2021 e que estabelecia as principais condições para retoma das operações pela Empresa, destacando-se entre essas condições a reestruturação da dívida da TACV às partes relacionadas (Loftleidir Icelandic, Icelandair, Fjarvakur e ASE, do lado da Loftleidir CV e ASA, CV Handling e AAC, do lado do Estado de Cabo Verde) e os moldes do financiamento a curto prazo.

No seguimento da resolução, foi iniciada uma disputa entre os dois anteriores parceiros na privatização da TACV, com uma forte probabilidade de só vir a ser resolvida pela via judicial.

Para a TACV, resultaram da reversão, em termos imediatos, os seguintes efeitos práticos:

1. A Empresa deixou de fazer parte do Grupo Icelandair;
2. Comprometendo o processo de encerramento e certificação das contas do exercício de 2020 (na sua fase final à data da reversão), a Empresa deixou de poder contar com o Sistema ERP e com os serviços de contabilidade (incluindo o *revenue accounting*) e de controlo financeiro, que a Empresa tinha passado a utilizar desde o exercício de 2018, no âmbito da preparação da privatização;
3. A Empresa deixou de poder contar com a possibilidade de um financiamento de USD 30 Milhões, a mobilizar até o final de julho de 2021 pela LCV, nos termos do acordo de resolução de março;
4. A contingência de perda de descontos sobre a dívida em 31 de dezembro de 2020 às partes relacionadas no valor global de USD 37,8 Milhões, dos quais USD 32,1 Milhões sobre dívida a empresas do Grupo Icelandair;
5. O risco de perda de benefícios, estimados em cerca de USD 128,4 Milhões, resultantes da reestruturação de três contratos de locação operacional a longo prazo com a Loftleidir Icelandic (LLI), com a redução das responsabilidades financeiras futuras associadas aos contratos, objeto de reestruturação.

V. Novos Órgãos Sociais Designados em agosto de 2021

Em Assembleia Geral (AG) extraordinária realizada em agosto de 2021 foram designados, com mandato de dois (2) anos, novos Órgãos Sociais para a Empresa, agora com o Estado de Cabo Verde como acionista maioritário:

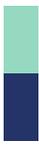
Assembleia Geral (AG)

Eva Caldeira Marques,	Presidente da Mesa
Patrick Barreto Lopes,	Secretário

A Mesa da Assembleia Geral é atualmente presidida por Vera Lúcia Fernandes Andrade Santos, depois da renúncia de Eva Caldeira Marques ao cargo em dezembro de 2021.

Conselho de Administração (CA)

Sara Helena Pires, Executiva,	Presidente
Carlos Miguel Lopes Salgueiral,	Executivo
João Alberto Martins Pereira,	Executivo
Neusa Cristina Nascimento Évora,	não-Executiva
José Aldino Ribeiro,	não-Executivo



Conselho Fiscal (CF)

Luis Alberto da Silva Aguiar ¹⁾ ,	Presidente
Maria da Luz de Pina Gomes,	Vogal
Valentim Almeida Pinto,	Vogal

¹⁾ Renunciou ao cargo em 3 de novembro de 2022.

Com a missão de relançar a atividade operacional e estabilizar a Empresa, o CA tinha como desafio primeiro evitar, em circunstâncias particularmente desfavoráveis e no limitado prazo de apenas cento e vinte (120) dias a revogação do AOC e das demais licenças e autorizações operacionais. Nesse mesmo prazo de cento e vinte (120) dias era esperado que o CA submetesse à aprovação da AG um Plano de Negócios por, pelo menos, cinco (5) anos.

VI. Plano de Retoma e Estabilização

Em dezembro de 2021, o Conselho de Administração submeteu a aprovação em Assembleia Geral o Plano de Retoma e Estabilização 2022-2023 (PRE2223), definindo os principais eixos da retoma e estabilização da Empresa até 2023 e o seu financiamento.

O PRE2223 previa o alargamento da rede, para além do único destino no relançamento (Lisboa), a partir de abril e uma frota com três aviões em locação operacional a longo prazo, a partir de julho.

À data deste relatório, não tendo sido possível assegurar o financiamento adequado, apenas a etapa inicial do plano, viabilizando a revalidação do AOC e da LEA, se encontra implementada, devendo o cenário atual conhecer alguma alteração significativa, apenas quando for resolvida a questão do financiamento.

VII. Reinício das Operações Comerciais Regulares

Em 13 de dezembro de 2021, no culminar de um processo intensivo iniciado em setembro, no qual se lutou contra a pressão do tempo e, fundamentalmente, contra dificuldades de acesso ao mercado da locação operacional, logrando-se a reposição da conformidade da Empresa com os requisitos do AOC, das OpSpec e da LEA, a AAC notificou a Empresa da DETERMINAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO E O RESTABELECIMENTO DO AOC DA TACV, SA. Na mesma data foi confirmada a renovação da LEA (o processo de renovação tinha sido submetido em 22 de outubro de 2021), pelo prazo de 12 meses.

Em 27 de dezembro de 2021 foi realizado, no percurso Praia-Lisboa, o primeiro voo comercial regular em 21 meses (a atividade tinha sido suspensa por completo em 19 de março de 2020, devido à pandemia), com um Boeing B757-200, tomado inicialmente em locação ACMI (*aircraft, crew, maintenance, insurance*), mas com a inscrição no AOC em vista ao fim de sessenta dias.

VIII. Renovação do AOC

O processo de renovação do AOC, cuja validade ia até abril de 2022, foi submetido em 23 de fevereiro de 2022, respeitando os prazos regulamentares.



Não tendo sido possível inscrever o B757-200, por falta de consentimento do proprietário, o processo de renovação acabou por ficar comprometido, tendo a AAC determinado, inclusive, a suspensão das vendas, situação que só ficou ultrapassada em março, quando a Empresa submeteu o processo de certificação e registo da aeronave Boeing B737-700, tomada em locação operacional por dois (2) anos à TAAG, Angola, único avião atualmente na frota.

No dia 9 de maio de 2022, após a conclusão do processo de certificação do B737-700, a aeronave foi inscrita no registo cabo-verdiano com a matrícula D4-CCI, como um dos requisitos essenciais para a renovação do AOC, confirmada na mesma data, com 12 meses de validade.

IX. Fim da Disputa entre a LCV e o Estado de Cabo Verde

Em maio de 2022 a LCV e o Estado de Cabo Verde conseguiram alcançar um acordo, abrangendo igualmente as partes relacionadas ao antes acionista maioritário, pondo fim a todo e qualquer disputa entre as partes, em decorrência da reversão da venda de 51% do capital social.

Para a TACV, o acordo de maio reconfirmou os benefícios alcançados em março de 2021, no âmbito do acordo de resolução então assinado e fez cessar qualquer responsabilidade financeira decorrente dos contratos de locação, originais ou da sua reestruturação. Permitiu ainda restabelecer temporariamente o acesso ao sistema de informação financeira e aos serviços de contabilidade da Icelandair para a conclusão do processo de encerramento e certificação das contas do exercício de 2020. Os descontos sobre as dívidas à ASA e à CV Handling não foram restabelecidos.

X. Financiamento à Empresa

À data deste relatório, o financiamento à Empresa continua a não estar suficientemente garantido. A retoma tem vindo a ser suportado pelo Estado de Cabo Verde, enquanto acionista maioritário, mas os fluxos financeiros aportados vão cobrindo apenas algumas necessidades de tesouraria, quando não consumidos por responsabilidades ocasionadas por eventos de disrupção operacional.

Por outro lado, a condição financeira atual e a ainda indisponibilidade de um plano de negócios consistente, têm constituído obstáculos a uma abordagem aos parceiros financeiros para um novo financiamento, que seja relevante para os objetivos da retoma.

Nestas circunstâncias, investimentos cruciais, designadamente na frota e na infraestrutura de vendas, assim como a resolução do passivo de curto prazo, vão sendo diferidos, condicionando o processo de recuperação e a estabilidade.

XI. Segunda Aeronave

A introdução de uma segunda aeronave na frota tem sido colocada como uma grande prioridade, sobretudo depois de situações que colocaram no chão o único avião disponível, ocasionando eventos de disrupção, que, para além de consumirem importantes recursos financeiros, têm minado a confiança do consumidor, quando esta precisa de ser recuperada.



Após as dificuldades de acesso ao mercado da locação operacional, encontradas no final de 2021 e no primeiro trimestre de 2022, algumas portas se abriram à Empresa, mas, sobretudo por restrições financeiras, perderam-se as janelas de oportunidade até agora apresentadas.

A Administração da Empresa continua a trabalhar com o Governo no sentido de viabilizar o reforço da frota, assim que uma nova oportunidade se proporcionar, porquanto a segunda aeronave, sendo fundamental para o tão almejado e necessário crescimento da atividade, virá contribuir significativamente para a mitigação do risco operacional e recuperar a fiabilidade da programação, até agora criticamente baixa.

O Diretor Financeiro

O Conselho de Administração